

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

# SETOR BANCÁRIO PORTUGUÊS (I/II)

## Principais Indicadores a Junho de 2015

69 Instituições de  
crédito

EUR 462,5 mil  
milhões em ativos

Rácio de  
Transformação  
(Mar 15): 106,8%

Rácio *Common  
Equity Tier 1*  
(Mar 15): 11,1%

5.469 Balcões\*

EUR 228,2 mil  
milhões em crédito a  
clientes

Rácio do crédito  
em risco – NPLs  
(Mar 15): 12,3%

Rácio *Tier 1*  
(Dez 14): 11%

53.589  
Colaboradores\*

EUR 219,2 mil  
milhões em  
depósitos do setor  
não monetário

Cedência de  
Liquidez do BCE:  
27.712 M€

Rácio de  
Solvabilidade  
(Dez 14): 11,9%

\* Dados referentes a Junho de 2014 e às instituições associadas da APB. Salvo indicação explícita em contrário, todos os dados referentes ao setor bancário português referem-se à totalidade do sistema.

# SETOR BANCÁRIO PORTUGUÊS (II/II)

## Desenvolvimentos Recentes (Março a Junho de 2015)

- **Ténue redução** dos **ativos totais** do setor (-0,5%) e **ligeira subida** do volume de **crédito** (+0,4%).
- Os bancos reportaram um **ligeiro aumento** da **procura de crédito**, tanto no segmento dos particulares como no das empresas.
- Os **depósitos do setor não monetário** apresentaram uma tendência ligeiramente **crescente** (+0,1%), mantendo-se como a principal fonte de financiamento dos bancos portugueses.
- O volume de **operações de cedência de liquidez do BCE** ao setor bancário português continuou em **queda** (-27,87% YoY).
- Os **ativos ponderados pelo risco** seguiram a tendência decrescente dos últimos anos.
- Os bancos portugueses continuaram a cumprir os **rácios mínimos de capital**, revelando um rácio de **Common Equity Tier 1 (11,1%)** confortavelmente acima do mínimo exigido de 7%.

# ÍNDICE

- I. Importância do Setor Bancário na Economia
- II. Atividade de Crédito
- III. Financiamento
- IV. Solvabilidade
- V. Regimes de Recapitalização Pública e de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor das Instituições de Crédito
- VI. Rentabilidade

Anexo I: *Comprehensive Assessment*

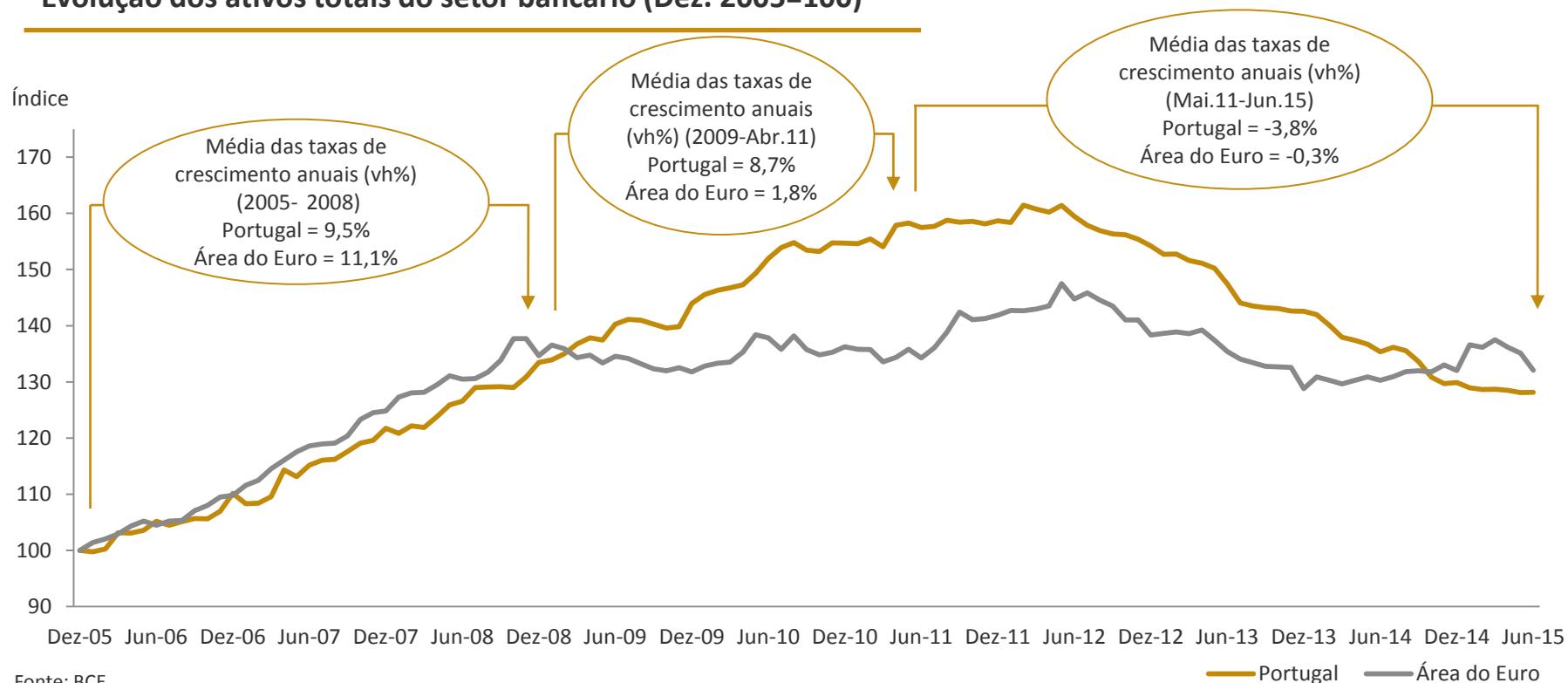
Anexo II: Metodologia

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

## I. Importância do Setor Bancário na Economia

Contrariamente ao ocorrido na área do Euro, o crescimento dos ativos dos bancos portugueses manteve-se após a crise financeira de 2008-2010, invertendo-se apenas na sequência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

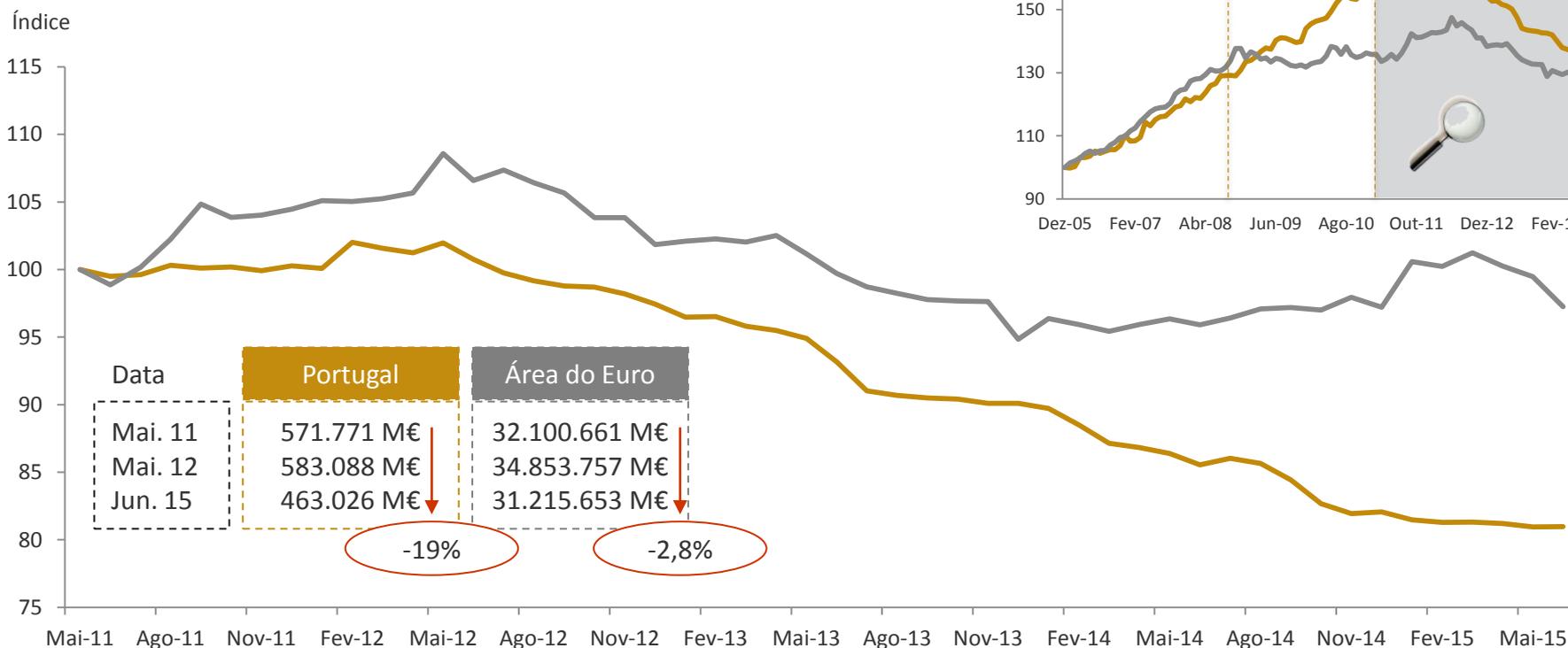
**Evolução dos ativos totais do setor bancário (Dez. 2005=100)**



Fonte: BCE

# O processo de desalavancagem começou depois do início do PAEF. Os seus efeitos foram visíveis após maio de 2012.

**Evolução dos ativos totais do setor bancário (Mai. 2011=100)**



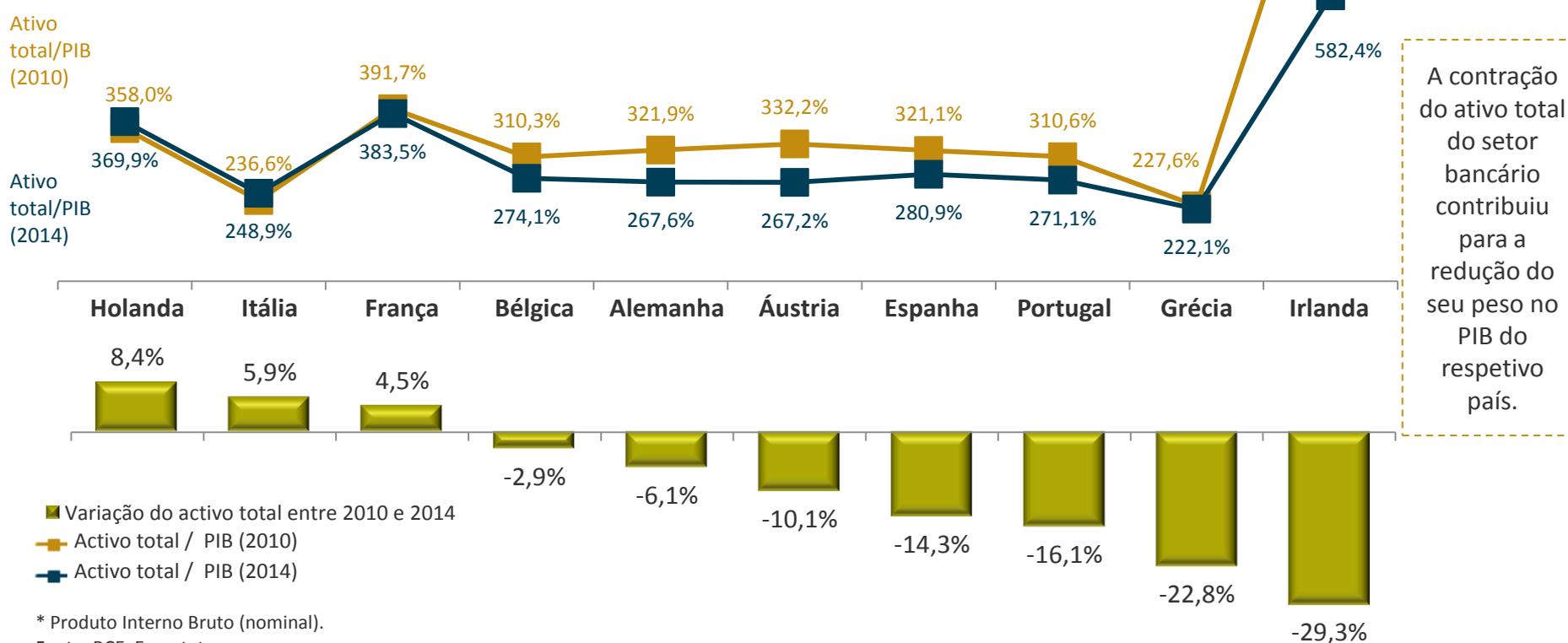
Fonte: BCE

**Evolução dos ativos totais do setor bancário (Dez. 2005=100)**



# O redimensionamento do setor bancário verificou-se não só em Portugal, mas também na maioria dos países da área do Euro.

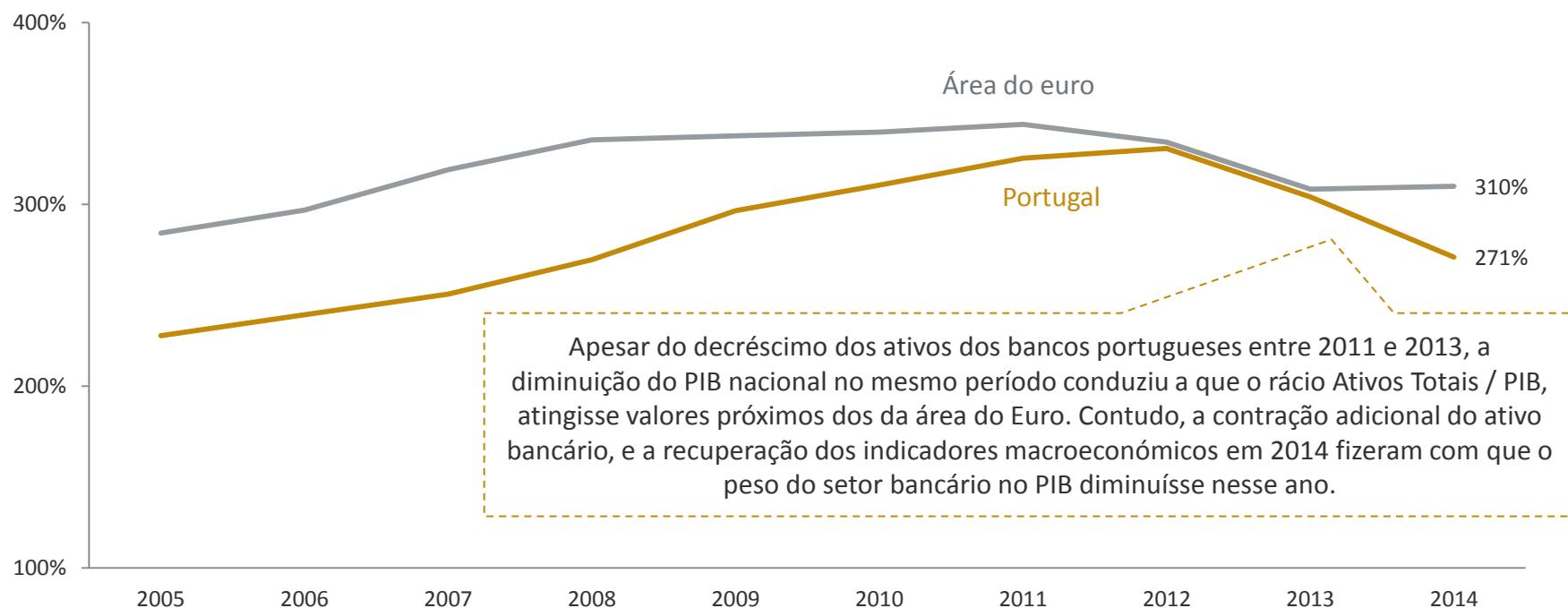
**Ativo total sobre o PIB\* e variação do ativo total (2010 a 2014)**



\* Produto Interno Bruto (nominal).  
Fonte: BCE, Eurostat

O setor bancário português tem um papel importante na economia. Não obstante, o peso dos seus ativos no PIB nacional tem vindo a diminuir desde o início do PAEF.

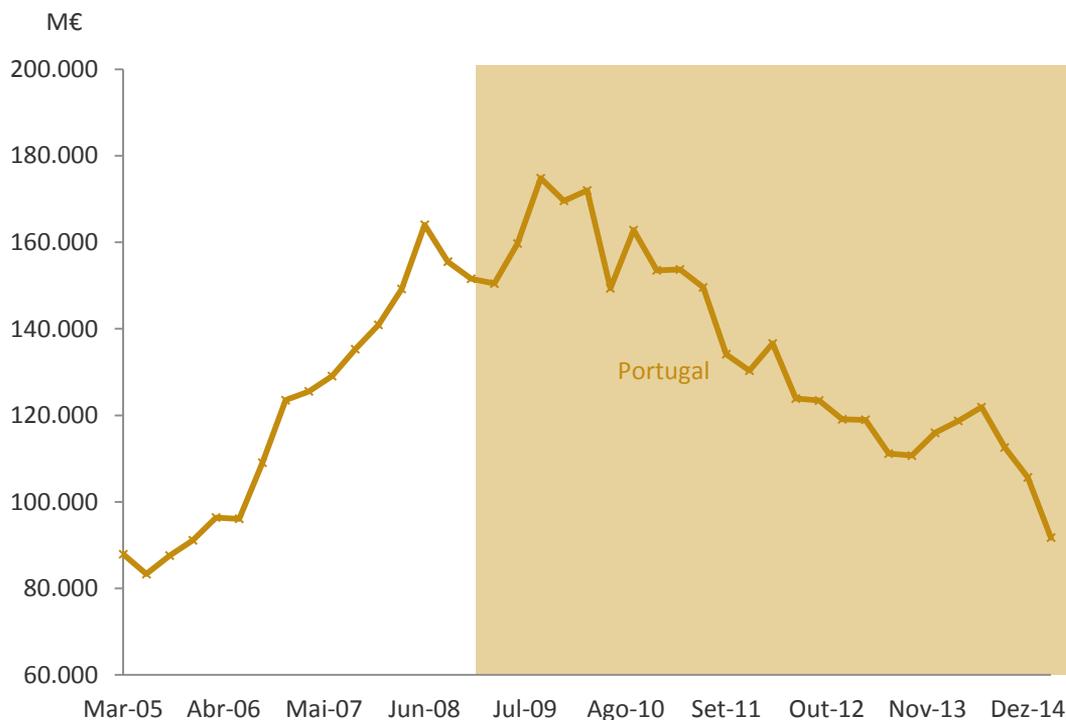
### Ativos totais do setor bancário em proporção do PIB, em Portugal e na área do Euro



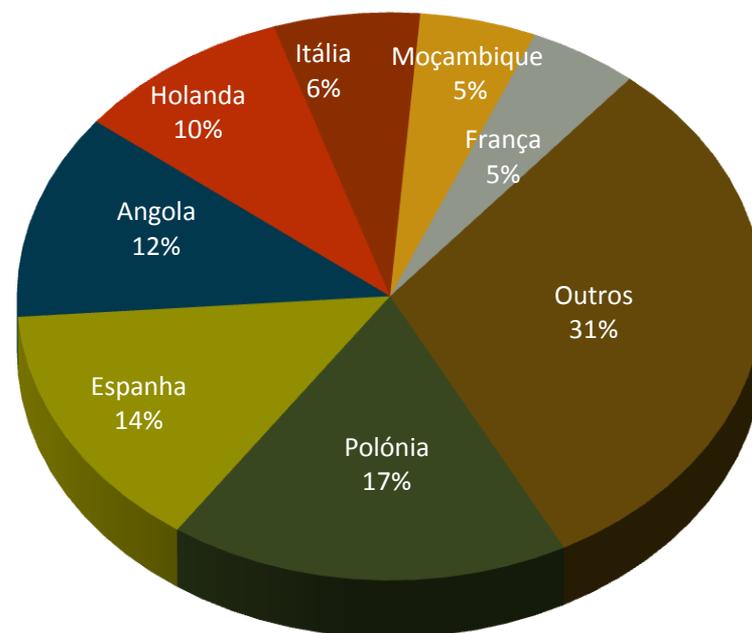
Fonte: BCE

## O processo de desalavancagem dos bancos portugueses refletiu-se numa redução da sua exposição internacional.

### Créditos e responsabilidades do sector bancário português junto de entidades internacionais\*



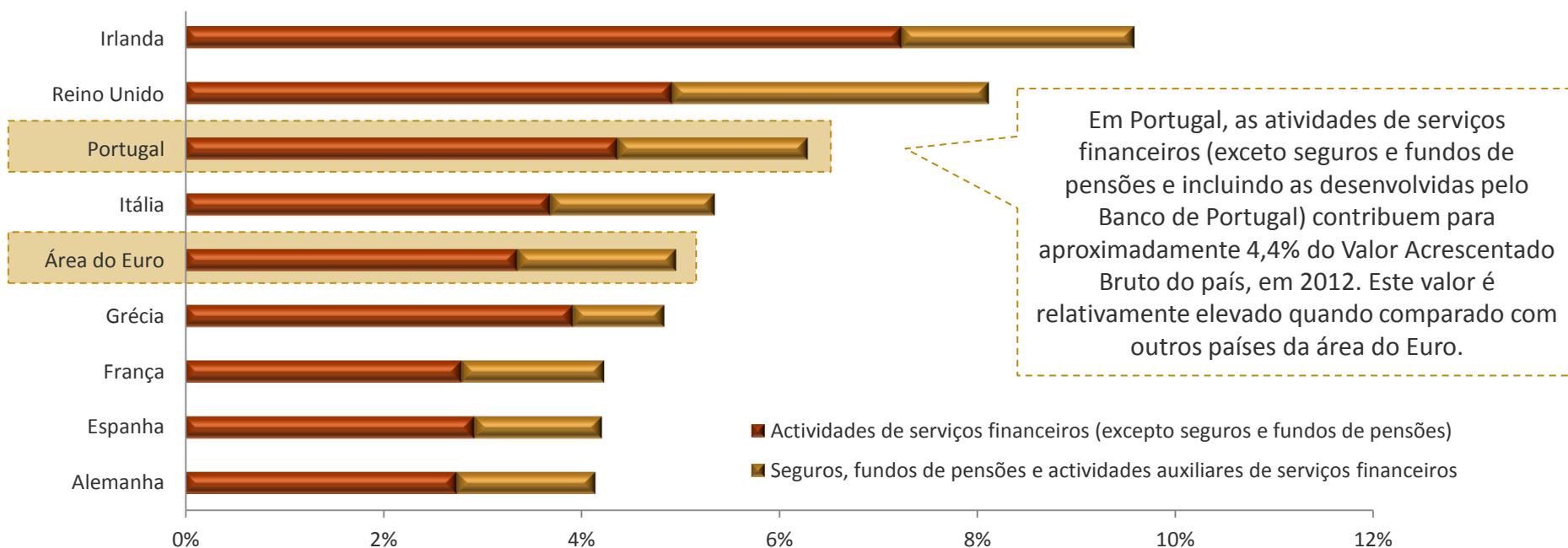
### Exposição por país (Março 2015)



\* Definida como créditos e responsabilidades de grupos bancários nacionais, em base consolidada e excluindo exposição intra-grupo, junto de entidades internacionais, incluindo créditos e depósitos com outros bancos, créditos a entidades não bancárias e títulos de dívida. Exclui derivados e outros instrumentos de transferência de risco. Fonte: Bank for International Settlements

## Em Portugal, a contribuição das atividades de serviços financeiros para o Valor Acrescentado Bruto nacional situa-se acima dos valores da área do Euro.

**VAB\* das atividades de serviços financeiros em proporção do VAB total, em Portugal e noutros países da União Europeia (2012)**

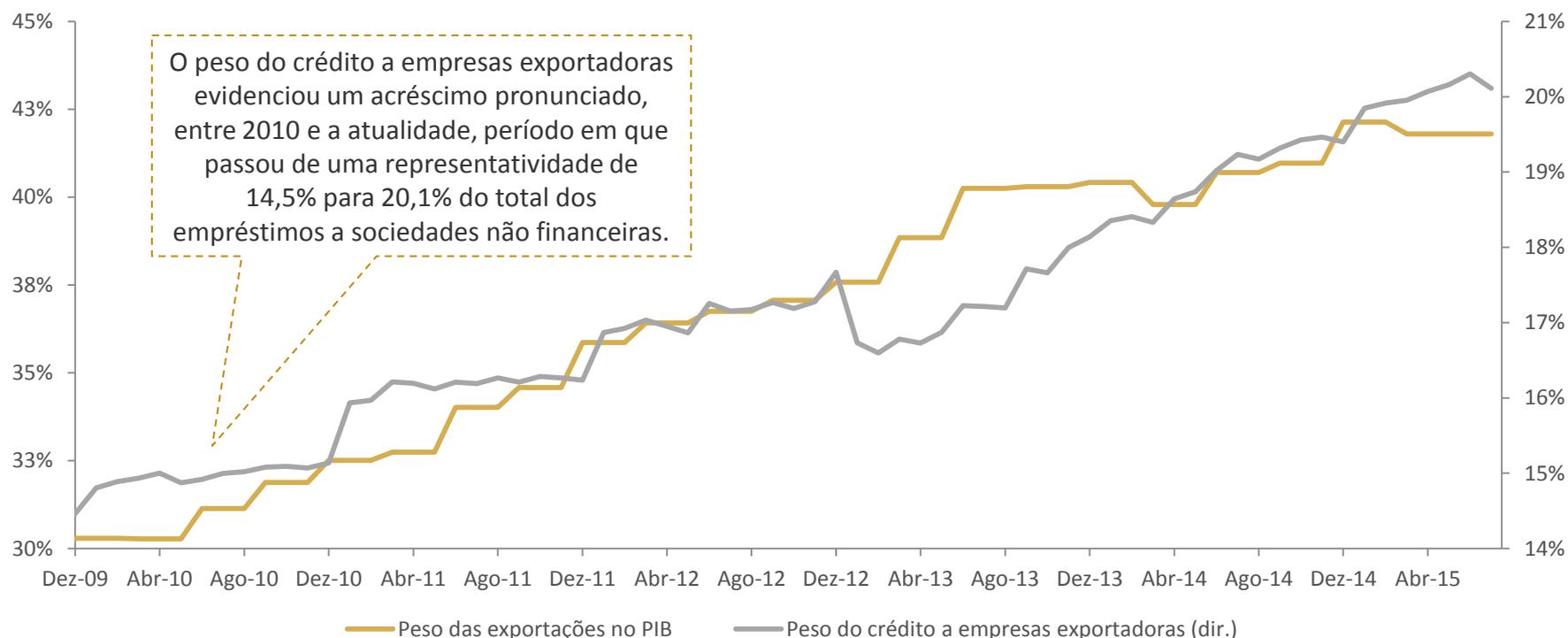


\*Valor Acrescentado Bruto, a preços correntes.

Fonte: Eurostat, INE, Central Statistics Office Ireland

O aumento do peso das exportações no PIB acompanhou a tendência de maior intensidade de concessão de crédito a empresas exportadoras pelo setor bancário nacional.

### Peso das exportações no PIB e peso do crédito a empresas exportadoras (%)



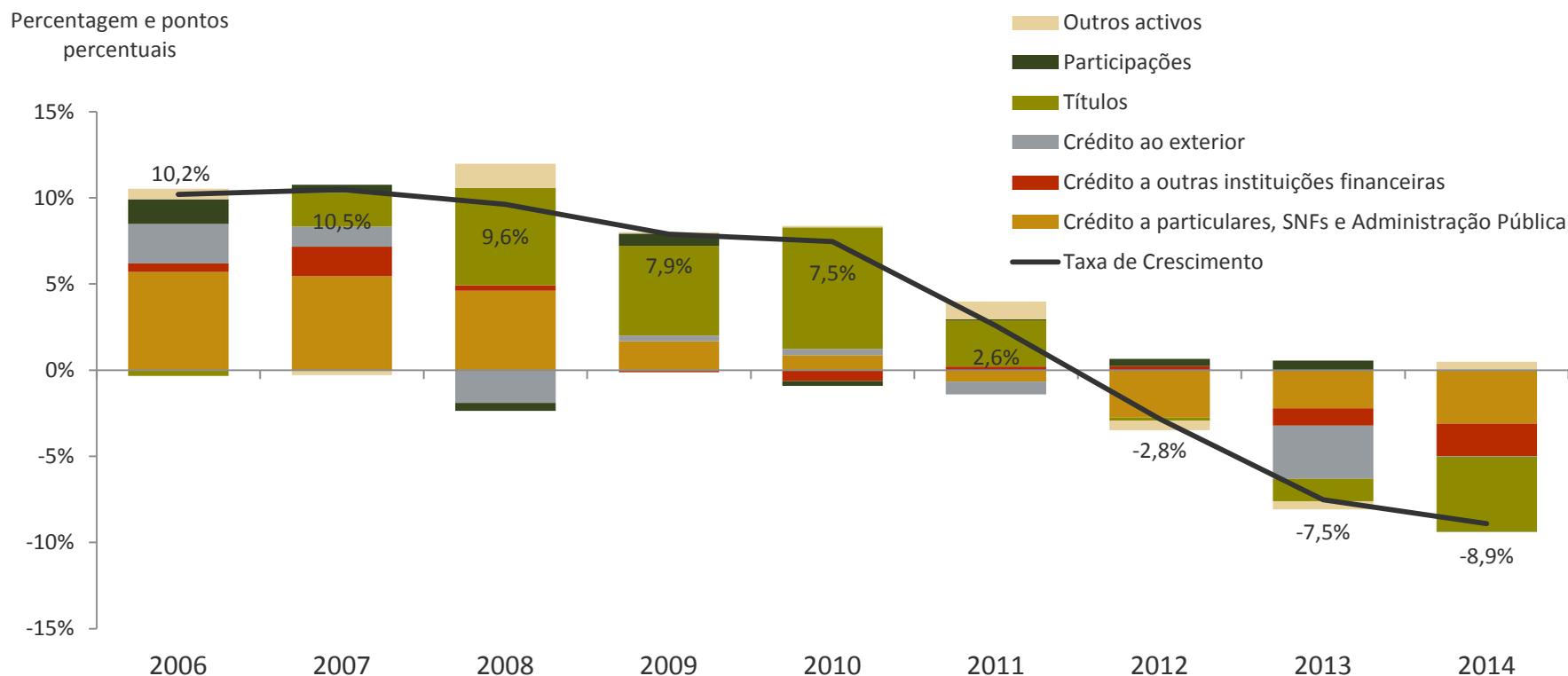
Fonte: INE, Banco de Portugal

# ***OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS***

## II. Atividade de Crédito

O comportamento do ativo total em 2014 foi maioritariamente explicado pela contração do crédito, assim como da carteira de títulos.

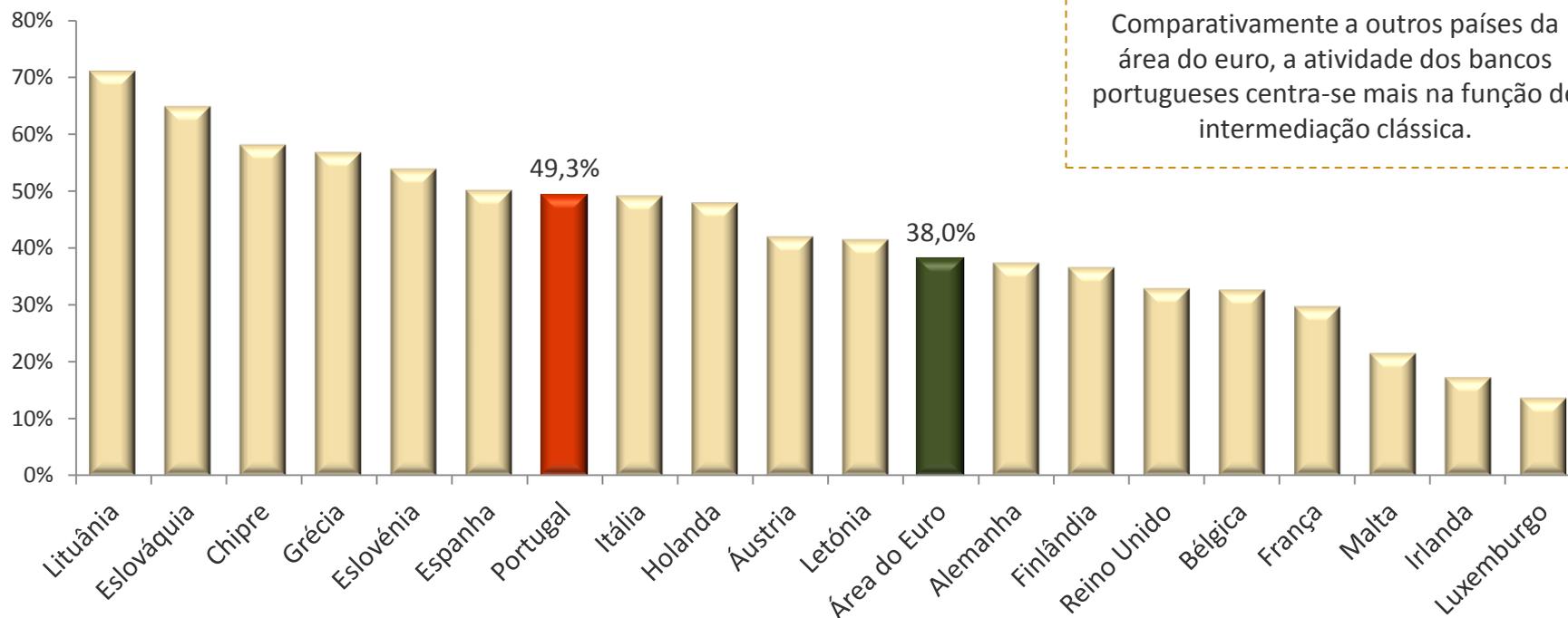
### Contribuição de cada rúbrica do ativo para a variação anual do agregado



Fonte: Banco de Portugal

Não obstante a contração, o crédito a clientes continua a absorver quase 50% dos ativos totais da banca portuguesa.

**Crédito a clientes\* em proporção dos ativos totais (Junho 2015)**

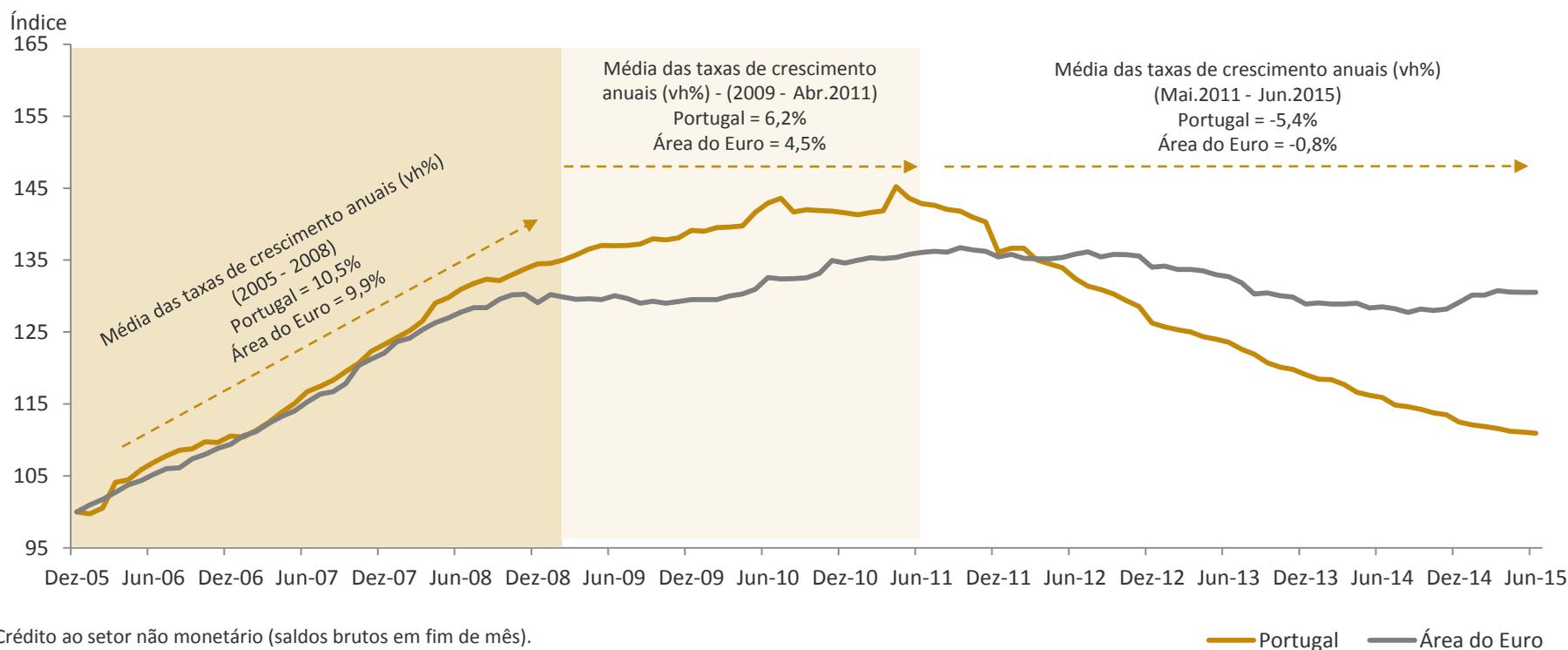


\* Crédito ao setor não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

No período que antecedeu a crise financeira, o volume de crédito revelou uma forte tendência crescente, tanto em Portugal como na área do Euro.

### Evolução do crédito\* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)



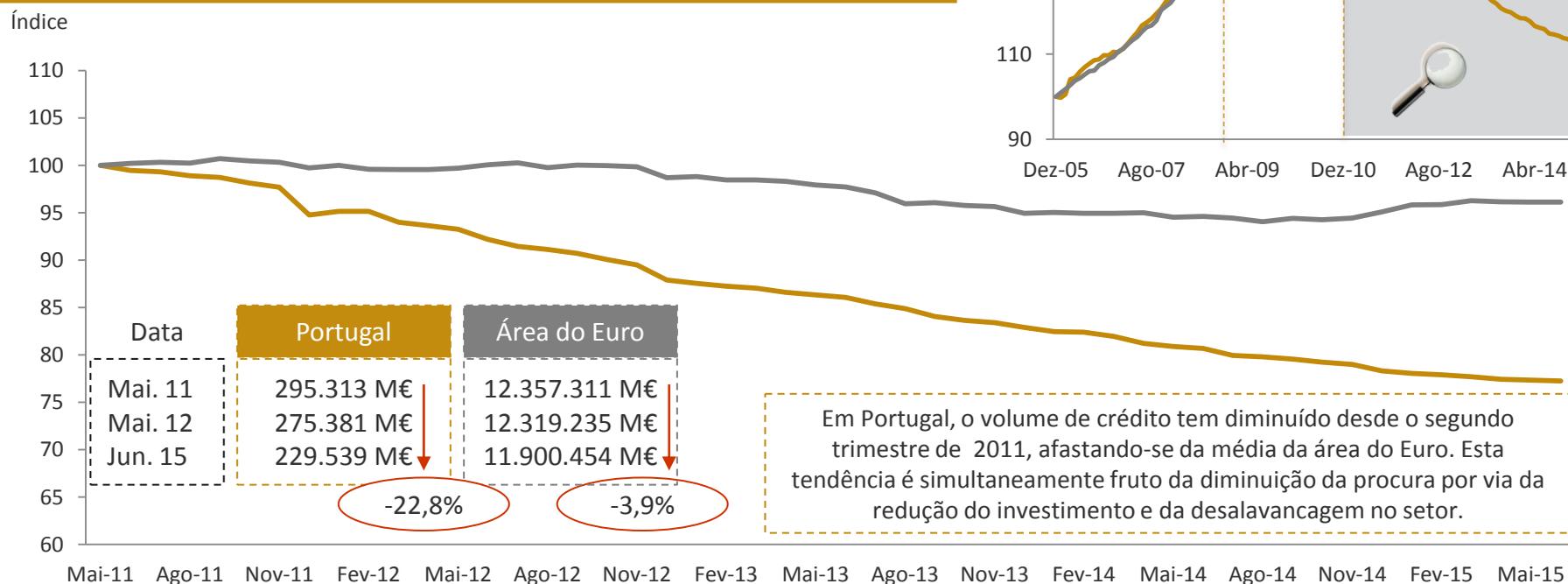
\* Crédito ao setor não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

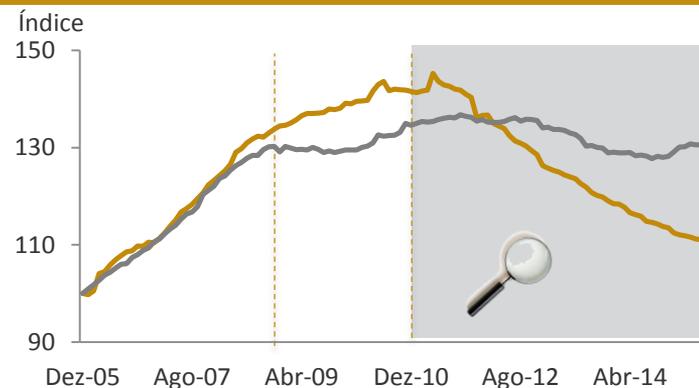
— Portugal — Área do Euro

Depois da crise da dívida soberana afetar Portugal, o volume de crédito diminuiu mais do que na área do Euro, sendo o principal fator da redução dos ativos do setor.

**Evolução do crédito\* em Portugal e na área do Euro (Mai. 2011=100)**



**Evolução do crédito\* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)**



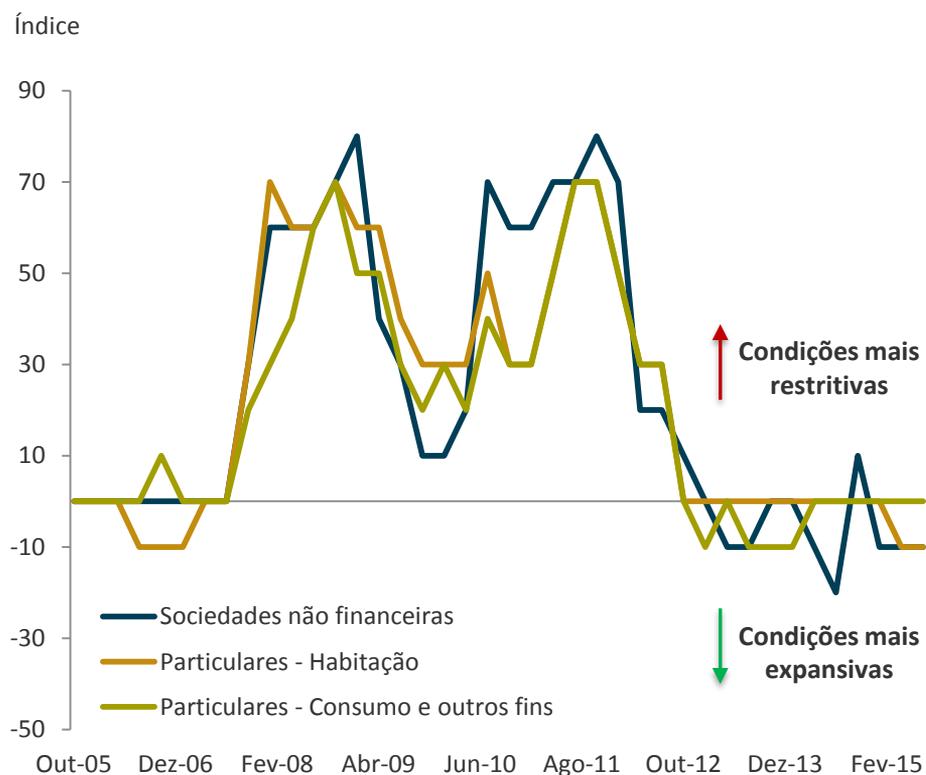
\* Crédito ao setor não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

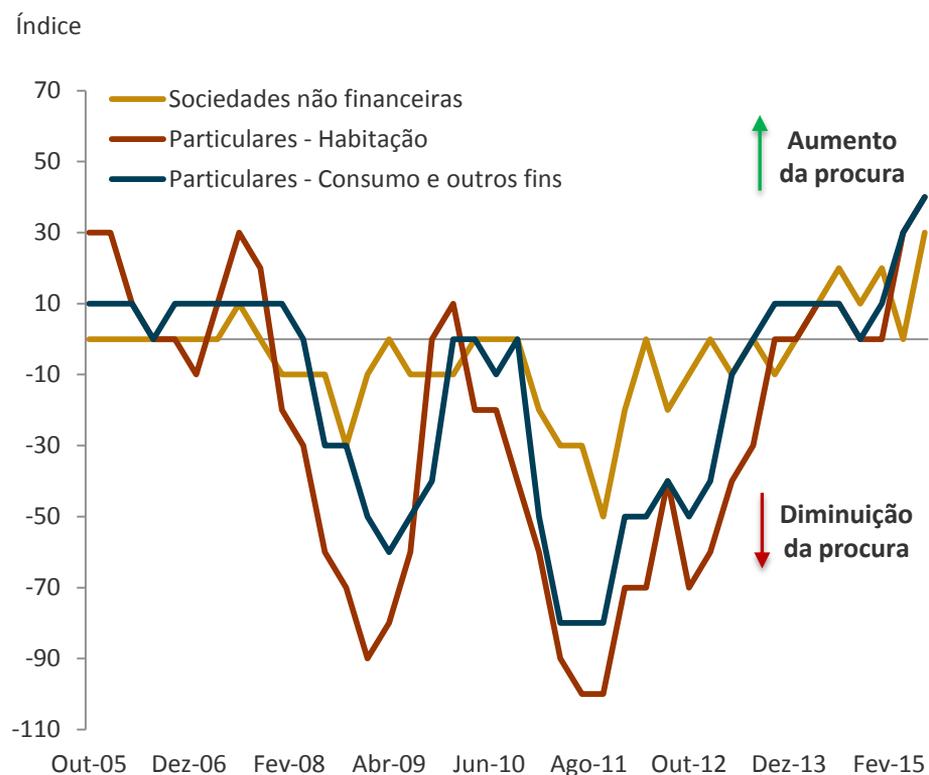
— Portugal — Área do Euro

No passado recente, a procura de crédito aumentou e as condições de concessão de crédito tornaram-se mais expansivas.

**Índice de difusão - Condições de Oferta de crédito**



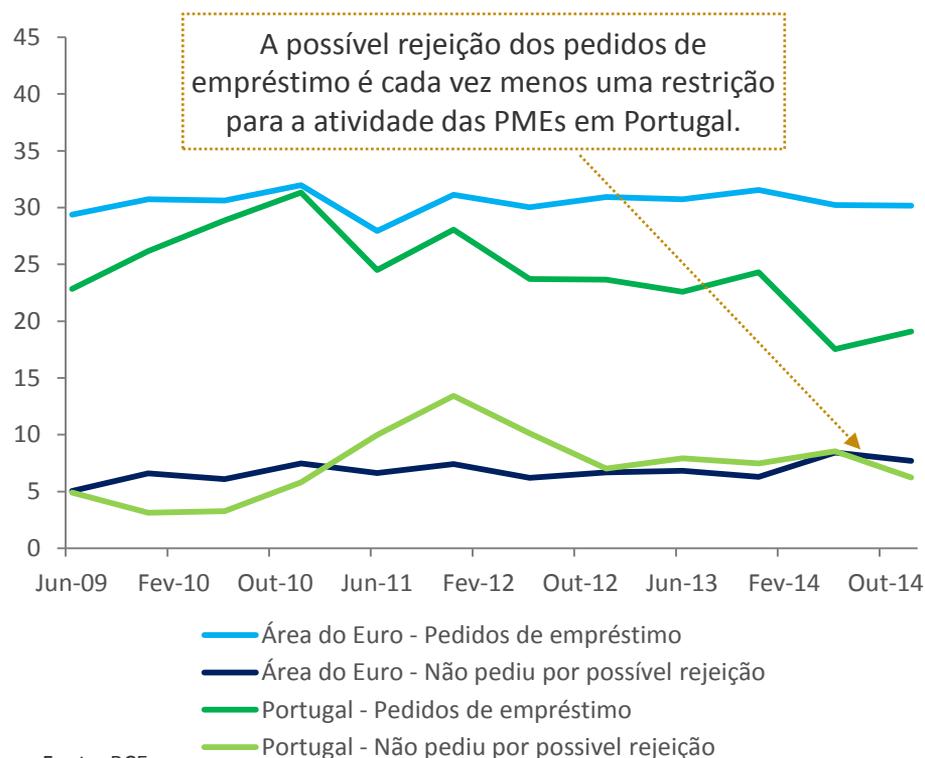
**Índice de difusão - Procura de crédito**



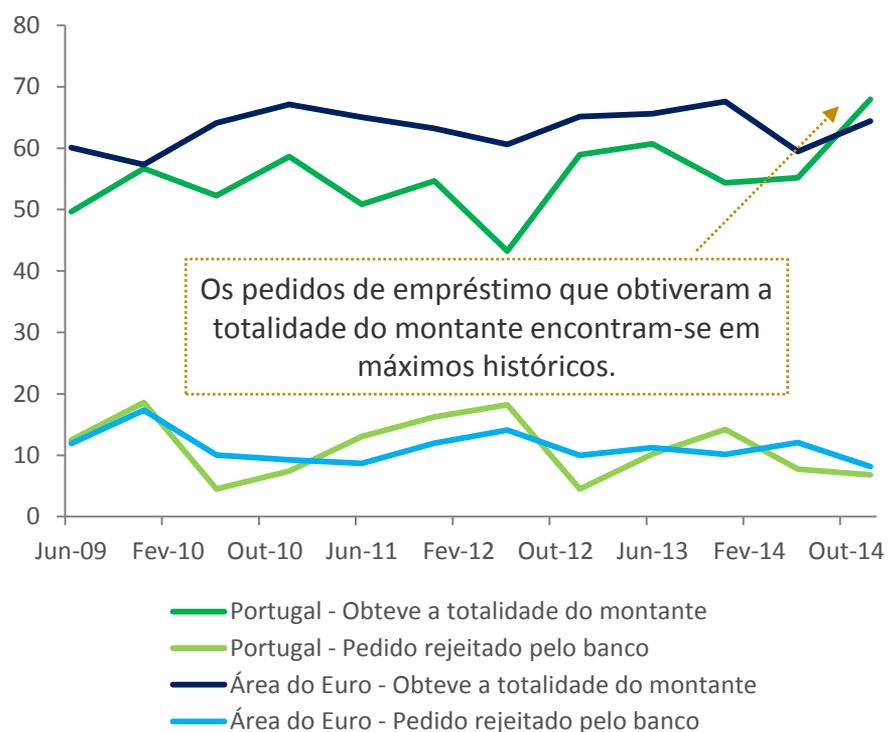
Fonte: Banco de Portugal (Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito)

## Segundo o BCE, o número de pedidos de empréstimo bancário de PME's que obteve a totalidade do montante encontra-se em máximos históricos.

**Índice de Difusão - Pedidos de empréstimo bancário por PME's**

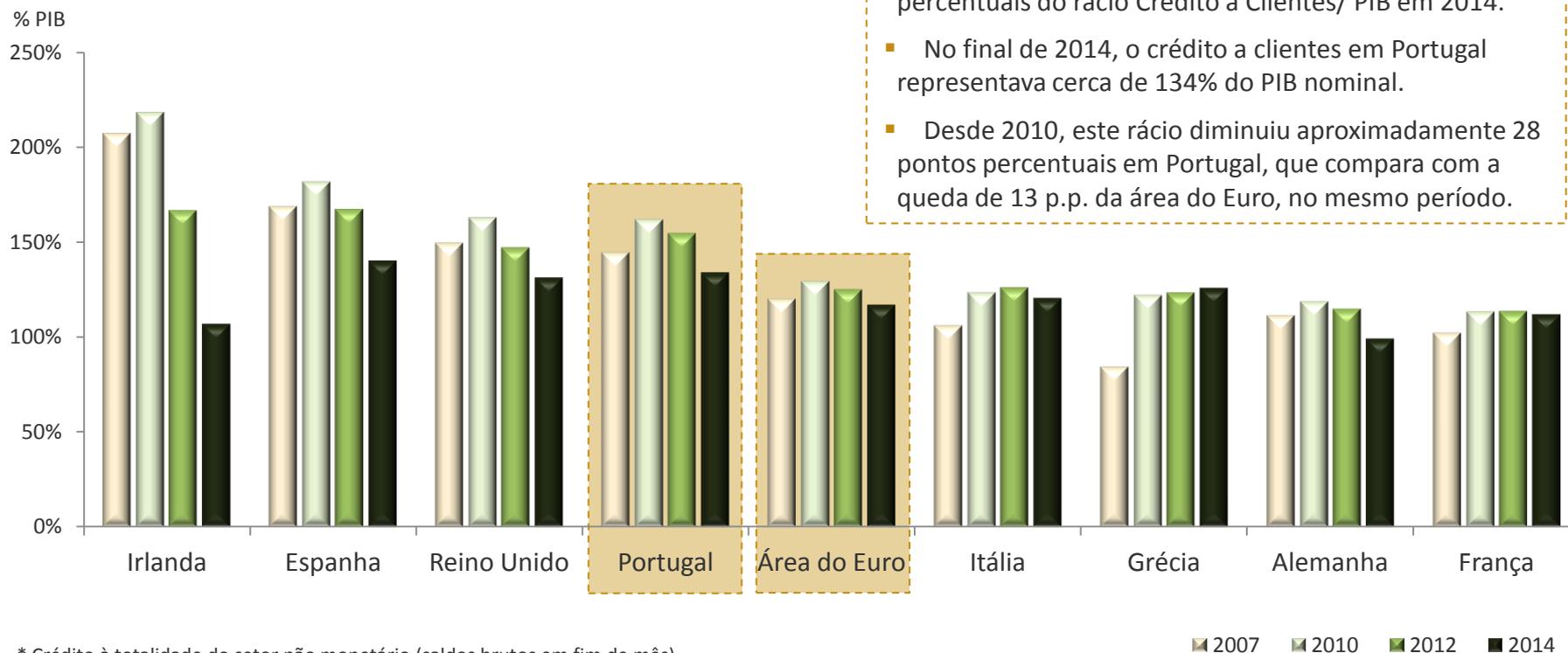


**Índice de Difusão - Resultado dos pedidos de empréstimo bancário por PME's**



## O nível de endividamento bancário da economia portuguesa tem vindo a decrescer, aproximando-se do contexto europeu.

### Rácio Crédito a Clientes\* / PIB

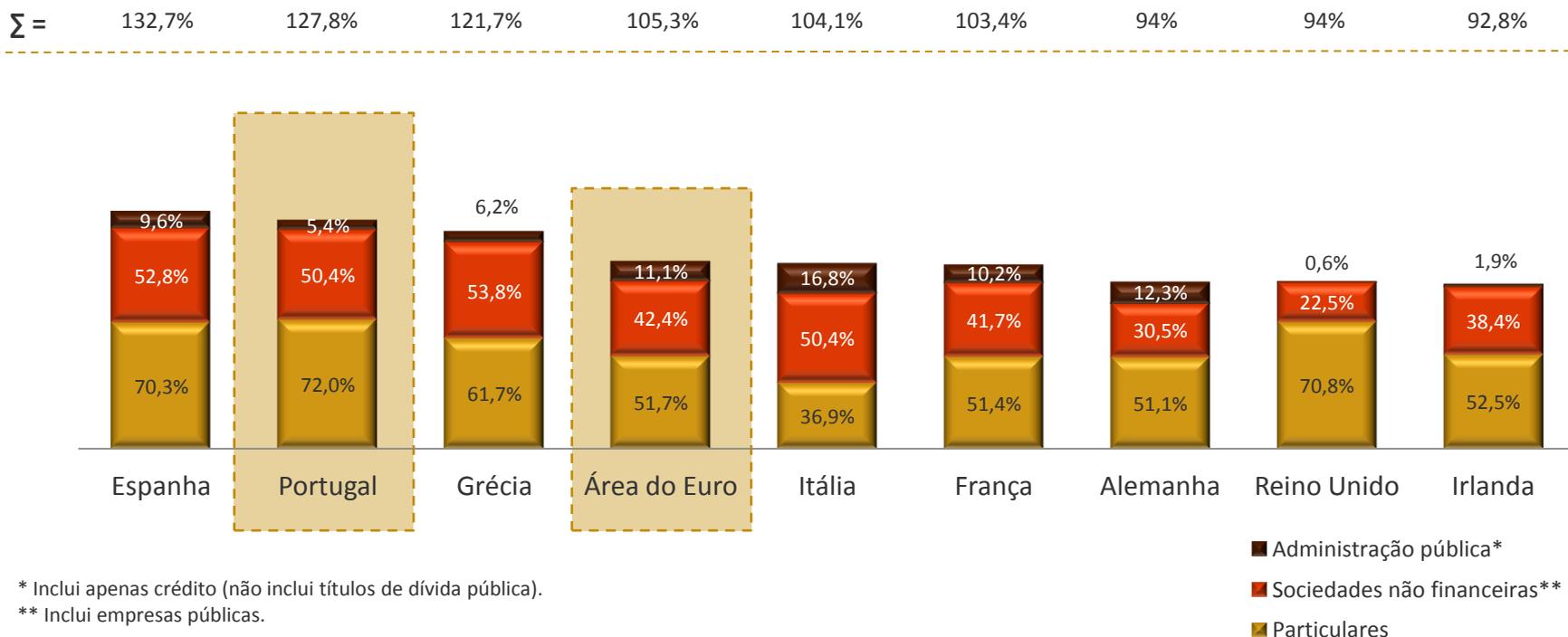


\* Crédito à totalidade do setor não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE, Eurostat

# Os particulares e as sociedades não financeiras (SNFs) revelam uma dependência do crédito bancário maior em Portugal do que na área do Euro.

**Peso do crédito a particulares, sociedades não financeiras e administração pública no PIB\*, em Portugal e noutros países da União Europeia (Dezembro 2014)**



\* Inclui apenas crédito (não inclui títulos de dívida pública).

\*\* Inclui empresas públicas.

Fonte: Ameco, BCE

## Os *stocks* de crédito a particulares e sociedades não financeiras demonstram evoluções divergentes face ao *stock* de crédito à administração pública.

### Evolução do volume de crédito\* por setor institucional (Dez. 2005=100)



\* Saldos brutos em fim de mês.

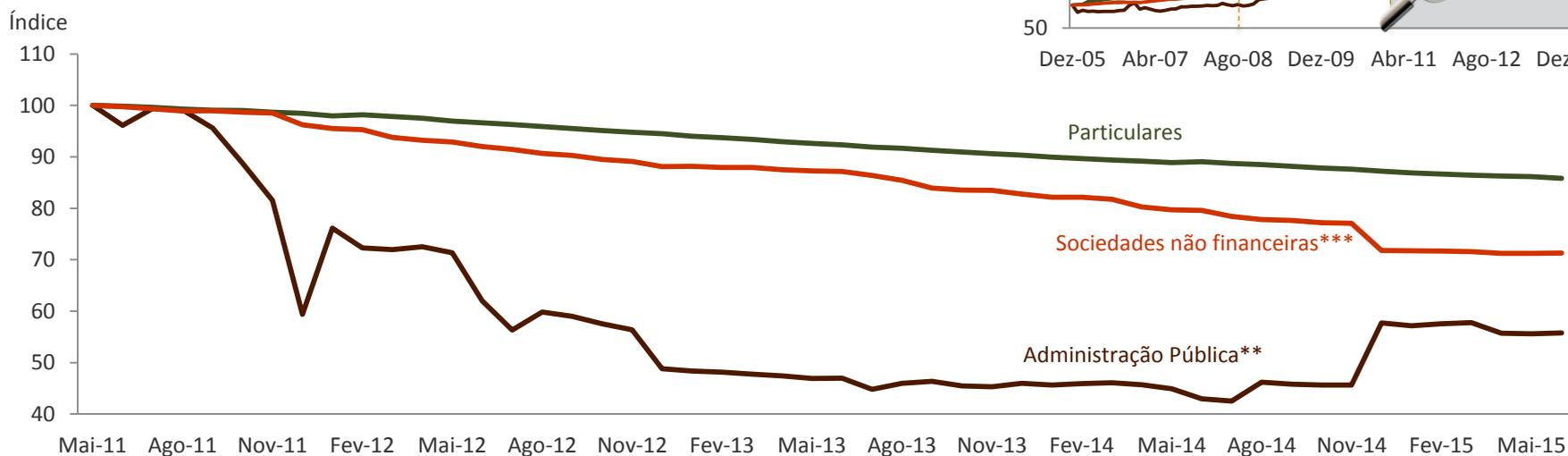
\*\* Inclui apenas crédito (não inclui títulos de dívida pública).

\*\*\* Inclui empresas públicas.

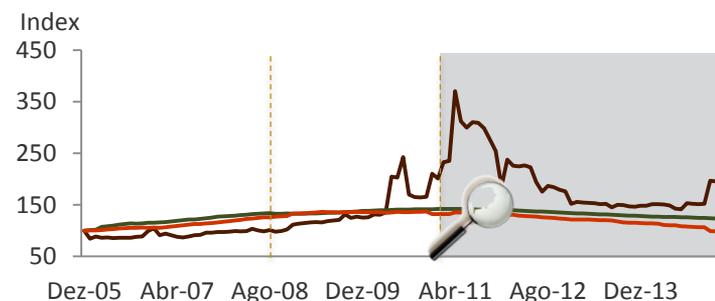
Fonte: Banco de Portugal

Desde o início do PAEF, o *stock* de crédito à administração pública diminuiu a um ritmo maior que o do *stock* de crédito a particulares e a sociedades não financeiras.

**Evolução do volume de crédito\* por setor institucional (Mai. 2011=100)**



**Evolução do volume de crédito\* por setor institucional (Dez. 2005=100)**



\* Saldos brutos em fim de mês.

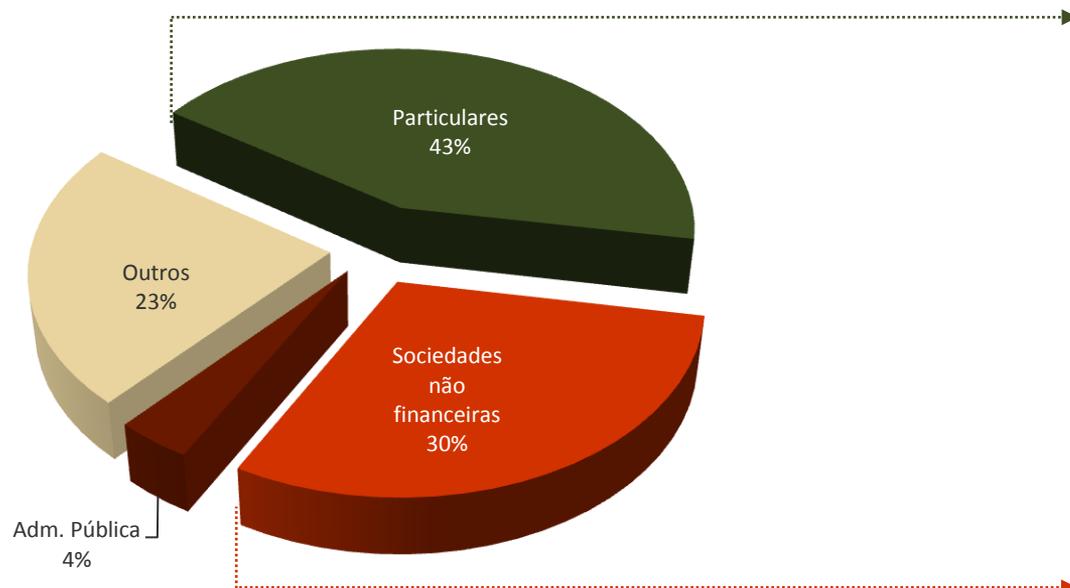
\*\* Inclui apenas crédito (não inclui títulos de dívida pública).

\*\*\* Inclui empresas públicas.

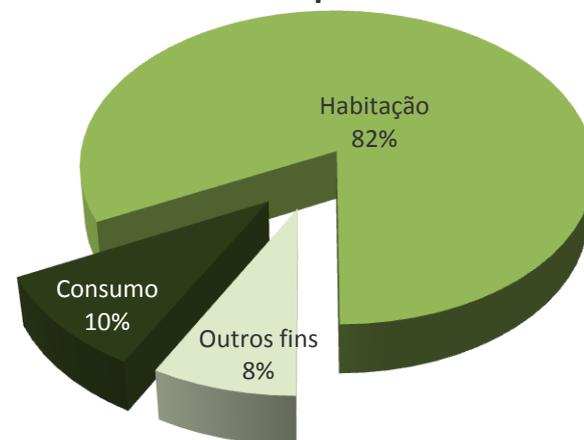
Fonte: Banco de Portugal

Se o crédito a particulares é maioritariamente para habitação, o crédito a sociedades não financeiras destina-se sobretudo ao setor da construção e do imobiliário.

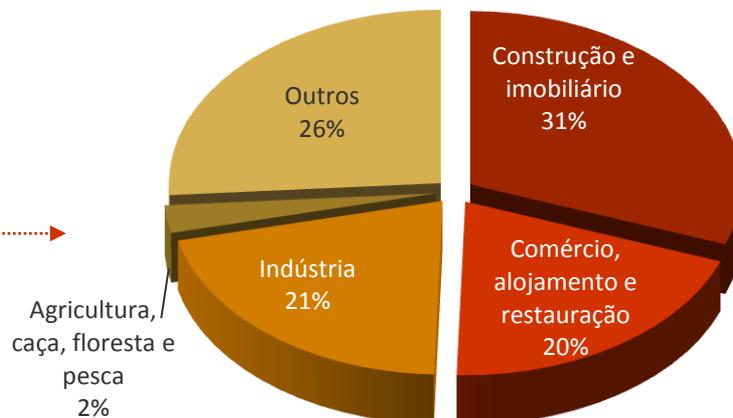
### Crédito\* (Junho 2015)



### Crédito a particulares



### Crédito a sociedades não financeiras

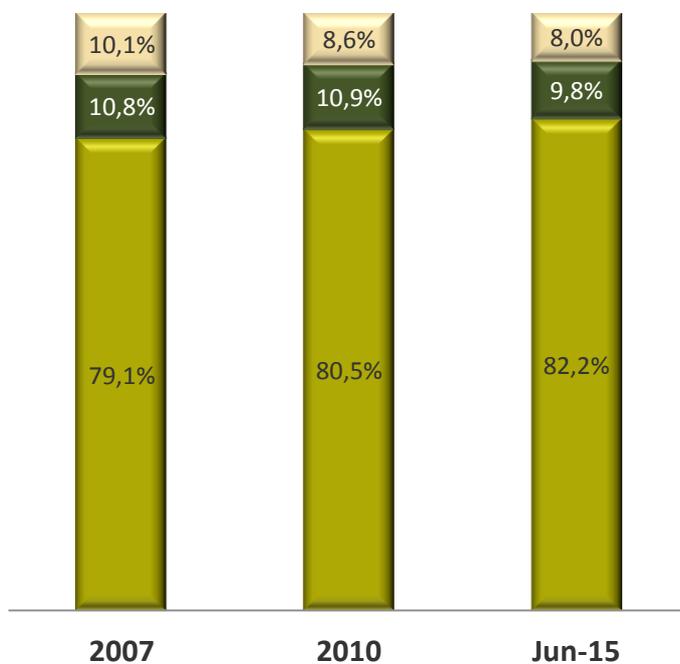


\* Crédito aos setores monetário e não monetário, incluindo não residentes (saldos brutos em fim de mês).

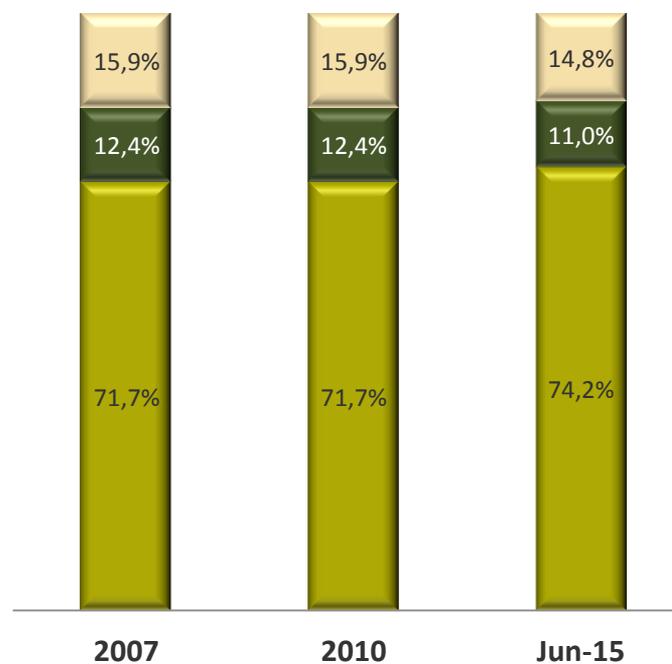
Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal, a proporção do crédito à habitação no total do crédito concedido a particulares tem maior expressão do que na área do Euro.

### Portugal



### Área do Euro

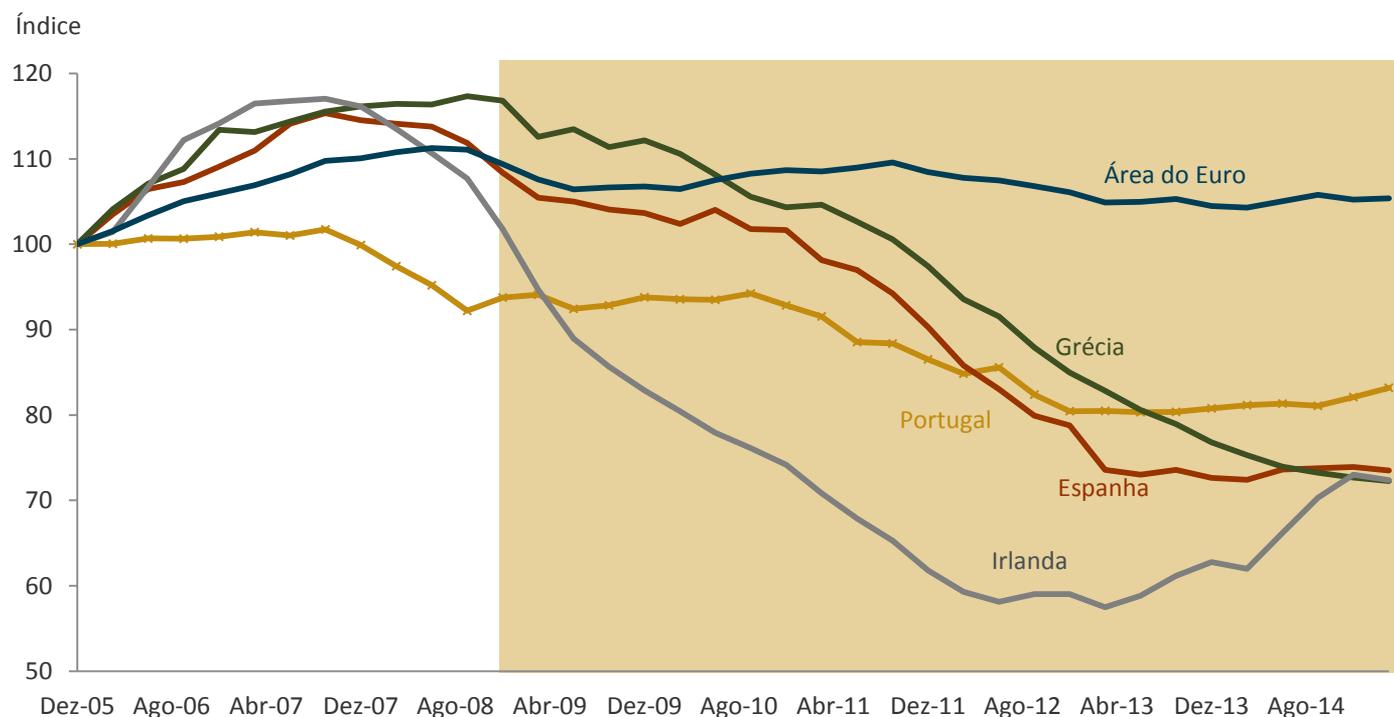


O peso do crédito ao consumo no total do crédito concedido a particulares tem vindo a diminuir tanto em Portugal como na área do Euro. Contudo, este tipo de crédito é menos relevante no caso português do que na área do Euro.

■ Outros fins ■ Consumo ■ Habitación

## A evolução dos preços da habitação nos países periféricos do Euro tem tido uma trajetória descendente, mostrando-se menos acentuada em Portugal.

Índice de preços da habitação, em Portugal e noutros países da área do Euro (Dez. 2005=100)

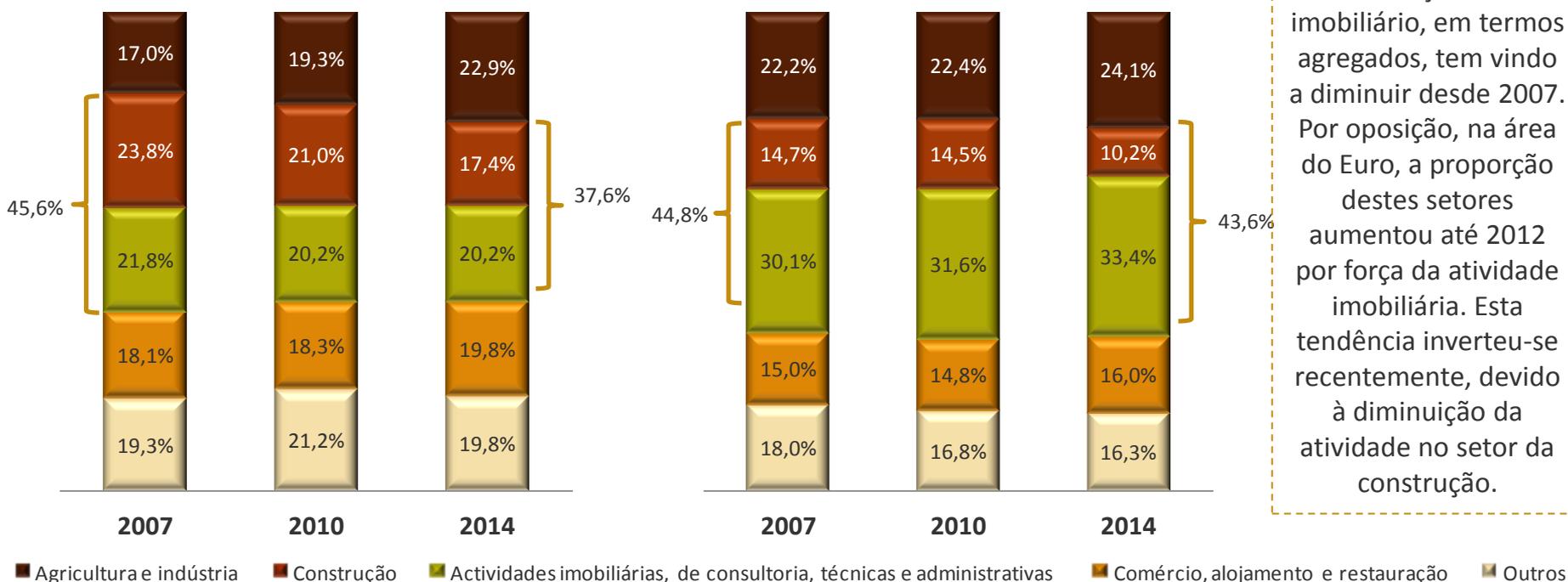


O setor imobiliário português não foi alvo de *boom* especulativo no período anterior à crise, ao contrário do que aconteceu em Espanha, Irlanda e Grécia.

Em Portugal, o setor das atividades imobiliárias não assume particular destaque na distribuição de crédito a sociedades não financeiras, algo que acontece na área do Euro.

### Portugal

### Área do Euro



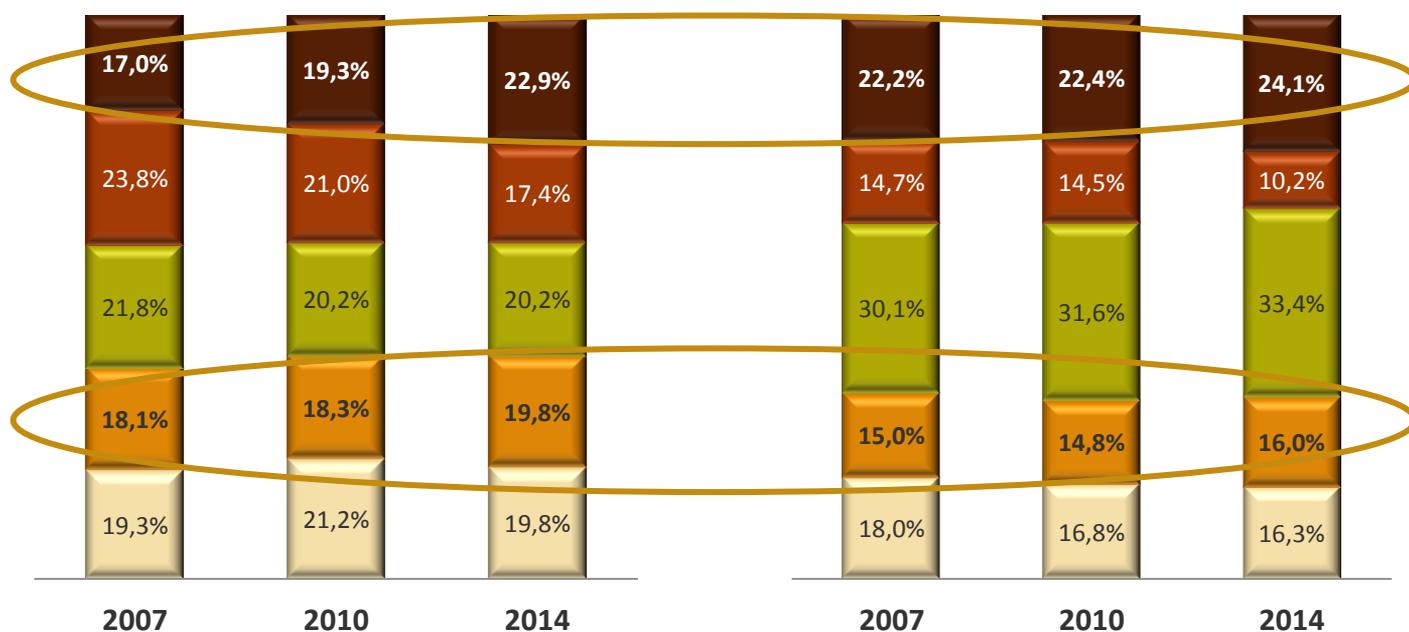
Em Portugal, o peso dos setores da construção e do imobiliário, em termos agregados, tem vindo a diminuir desde 2007. Por oposição, na área do Euro, a proporção destes setores aumentou até 2012 por força da atividade imobiliária. Esta tendência inverteu-se recentemente, devido à diminuição da atividade no setor da construção.

Fonte: Banco de Portugal, BCE

Já os setores do comércio, alojamento e restauração absorvem uma maior quota do crédito a SNFs em Portugal do que na área do Euro.

**Portugal**

**Área do Euro**



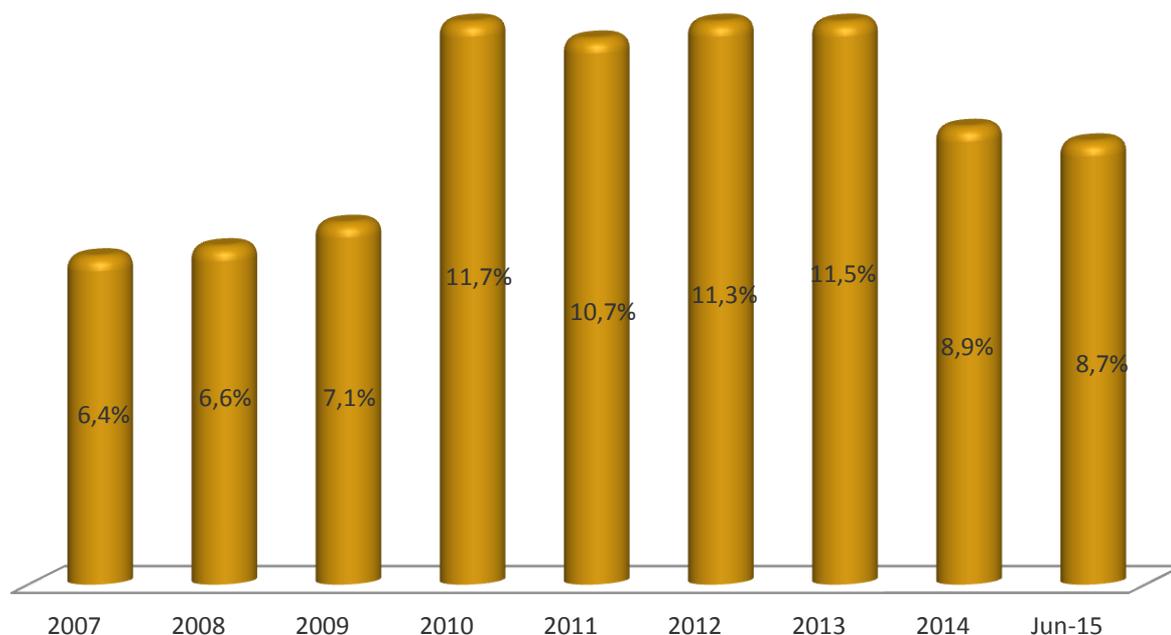
O crédito destinado aos setores da agricultura e indústria tem maior preponderância na área do Euro do que em Portugal. No entanto, a quota deste segmento no total do crédito a SNFs aumentou significativamente em Portugal nos últimos sete anos.

■ Agricultura e indústria ■ Construção ■ Actividades imobiliárias, de consultoria, técnicas e administrativas ■ Comércio, alojamento e restauração ■ Outros

Fonte: Banco de Portugal, BCE

## As empresas públicas representam cerca de 9% da dívida total das sociedades não financeiras ao setor financeiro residente.

### Dívida das sociedades não financeiras públicas ao setor financeiro em Portugal\*



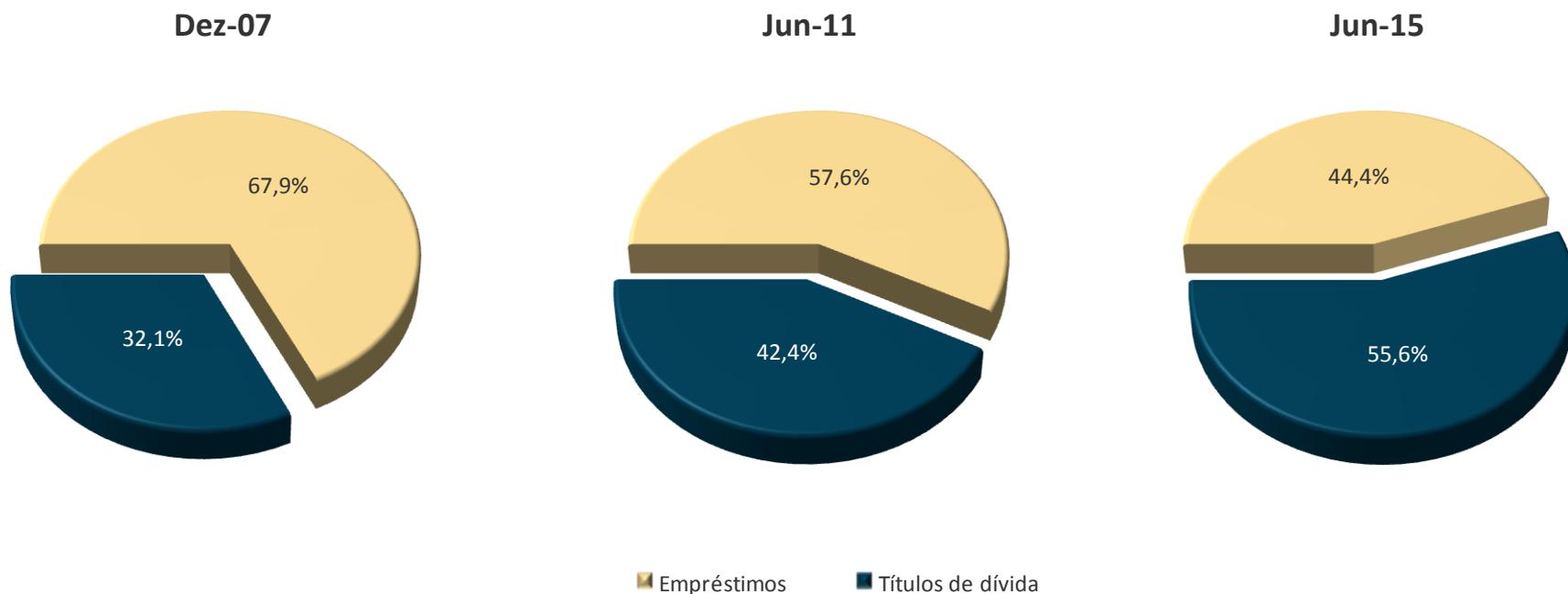
Em Portugal, a dívida do Setor Empresarial do Estado absorve uma parte significativa do total do financiamento a sociedades não financeiras. Este valor aumentou substancialmente desde 2009, fruto da crise da dívida soberana. Apesar da redução até 2015, é ainda superior ao verificado no período anterior a 2010.

\* Em percentagem dos saldos de empréstimos contraídos e títulos de dívida emitidos por empresas não financeiras face ao setor financeiro residente. O conceito de setor financeiro residente inclui não apenas bancos, mas também outras instituições financeiras.

Fonte: Banco de Portugal

A dívida das empresas públicas ao setor financeiro residente sob a forma de títulos tem vindo em ganhar importância face aos empréstimos.

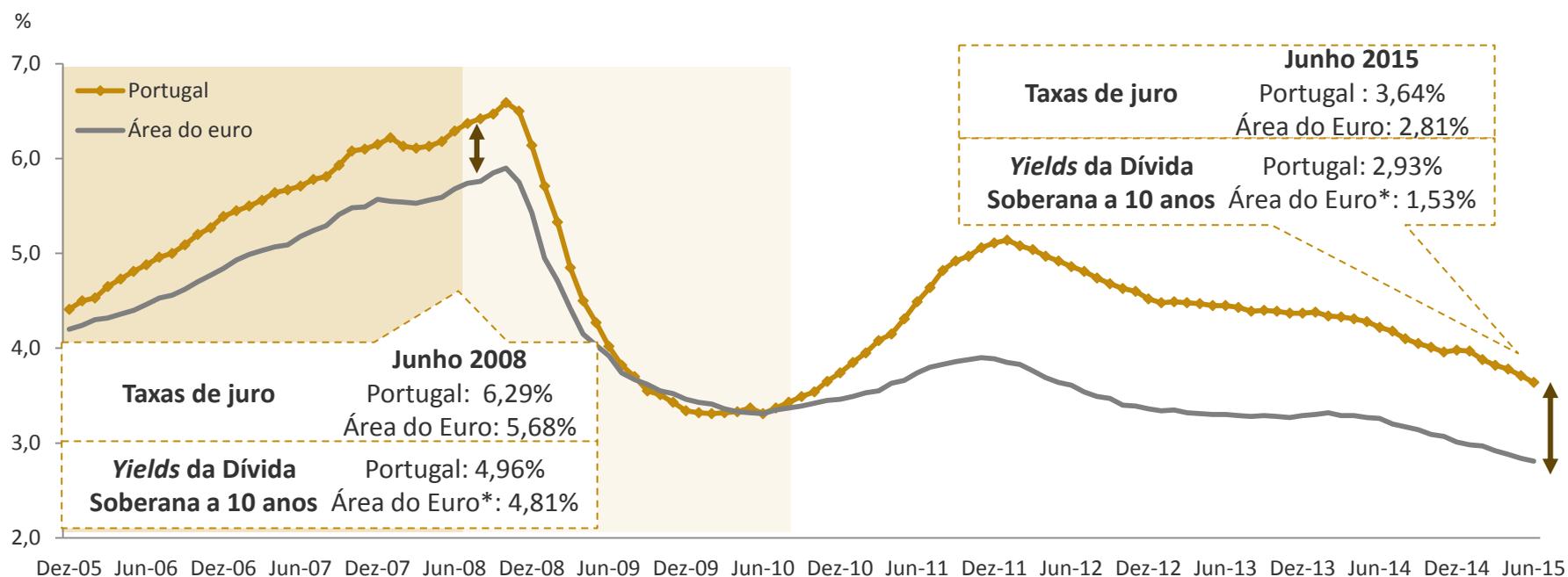
**Dívida das sociedades não financeiras públicas ao setor financeiro em Portugal, por instrumento**



Fonte: Banco de Portugal

## O diferencial entre as taxas de juro médias dos empréstimos a SNFs em Portugal e na área do Euro aumentou depois do início da crise da dívida soberana.

**Taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias (stock em balanço) a sociedades não financeiras, em Portugal e na área do Euro**

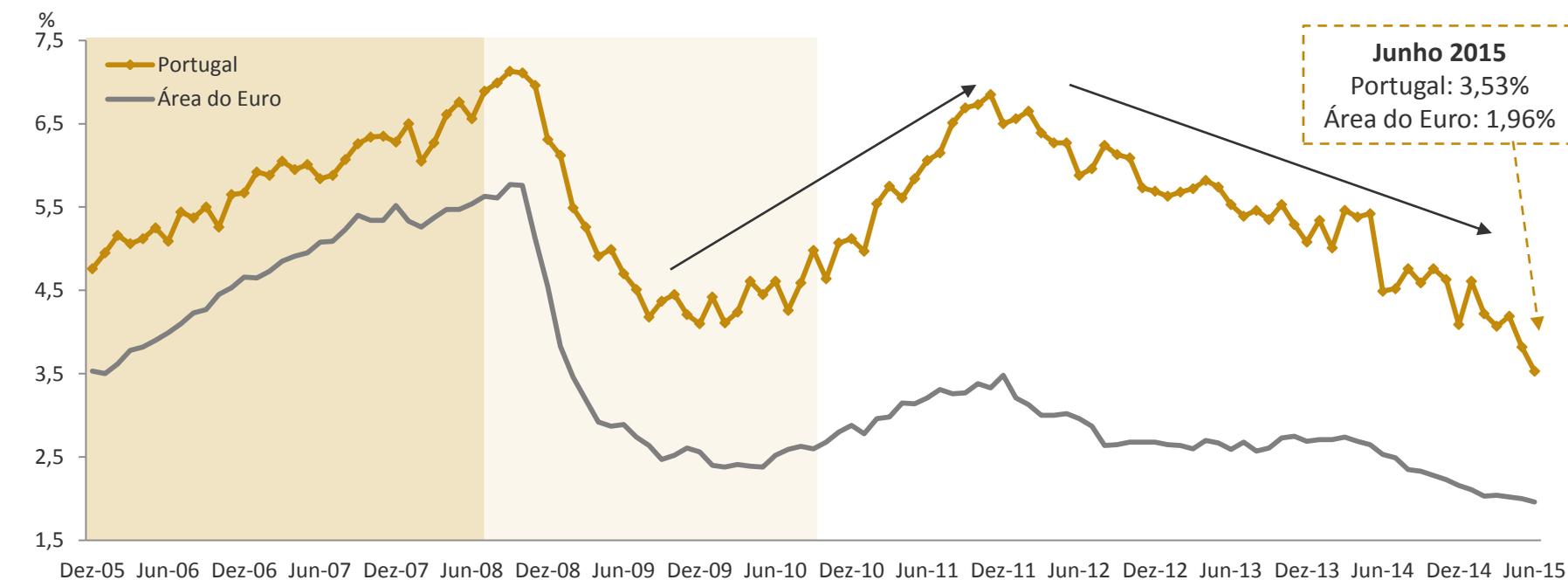


\* Obrigação de Referência da área do Euro – Composição variável. Calculada como média ponderada das *yields* das dívidas soberanas dos países da área do Euro, utilizando os montantes remanescentes em dívida a 10 anos como ponderadores.

Fonte: BCE

## As taxas de juro dos novos empréstimos a SNFs em Portugal aumentaram desde meados de 2009, mas têm vindo a decrescer desde o início de 2012.

**Taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias (novas operações) a sociedades não financeiras, em Portugal e na área do Euro**

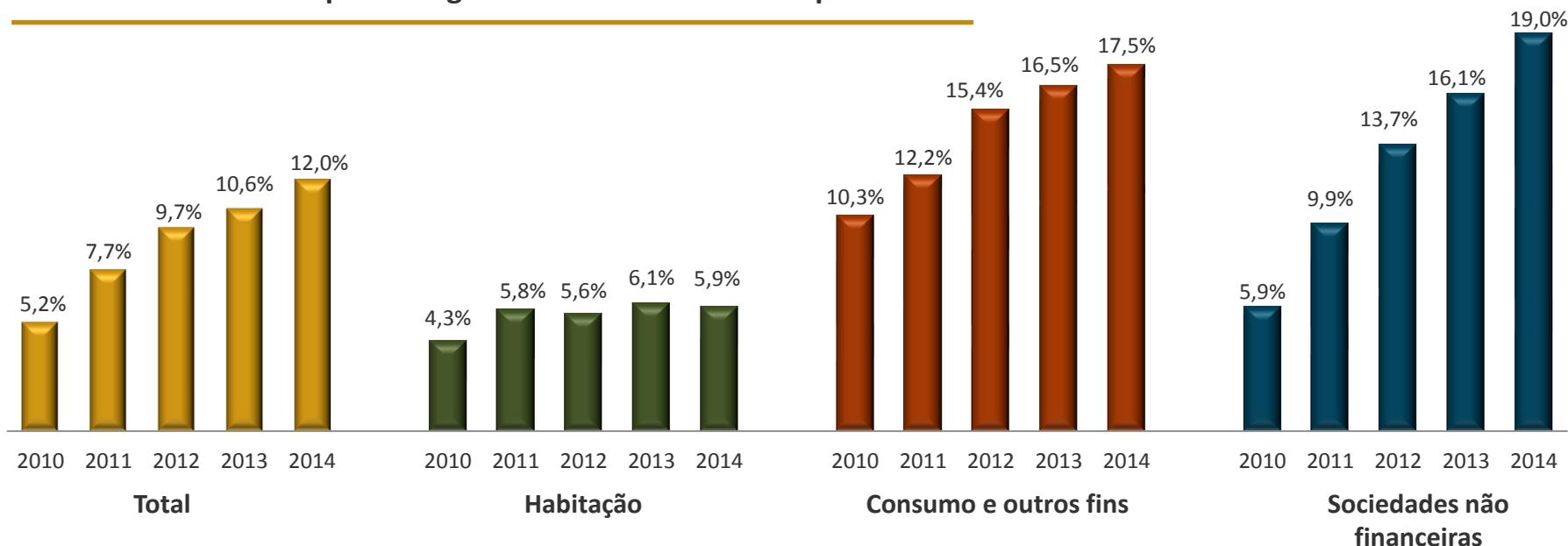


Fonte: BCE

Em 2011, sob os requisitos do PAEF, o Banco de Portugal introduziu o rácio de crédito em risco (NPLs), em linha com as práticas internacionais.

O novo rácio inclui a totalidade do crédito com incumprimento, e não apenas o montante vencido.

### Crédito em risco\* em percentagem do crédito total correspondente

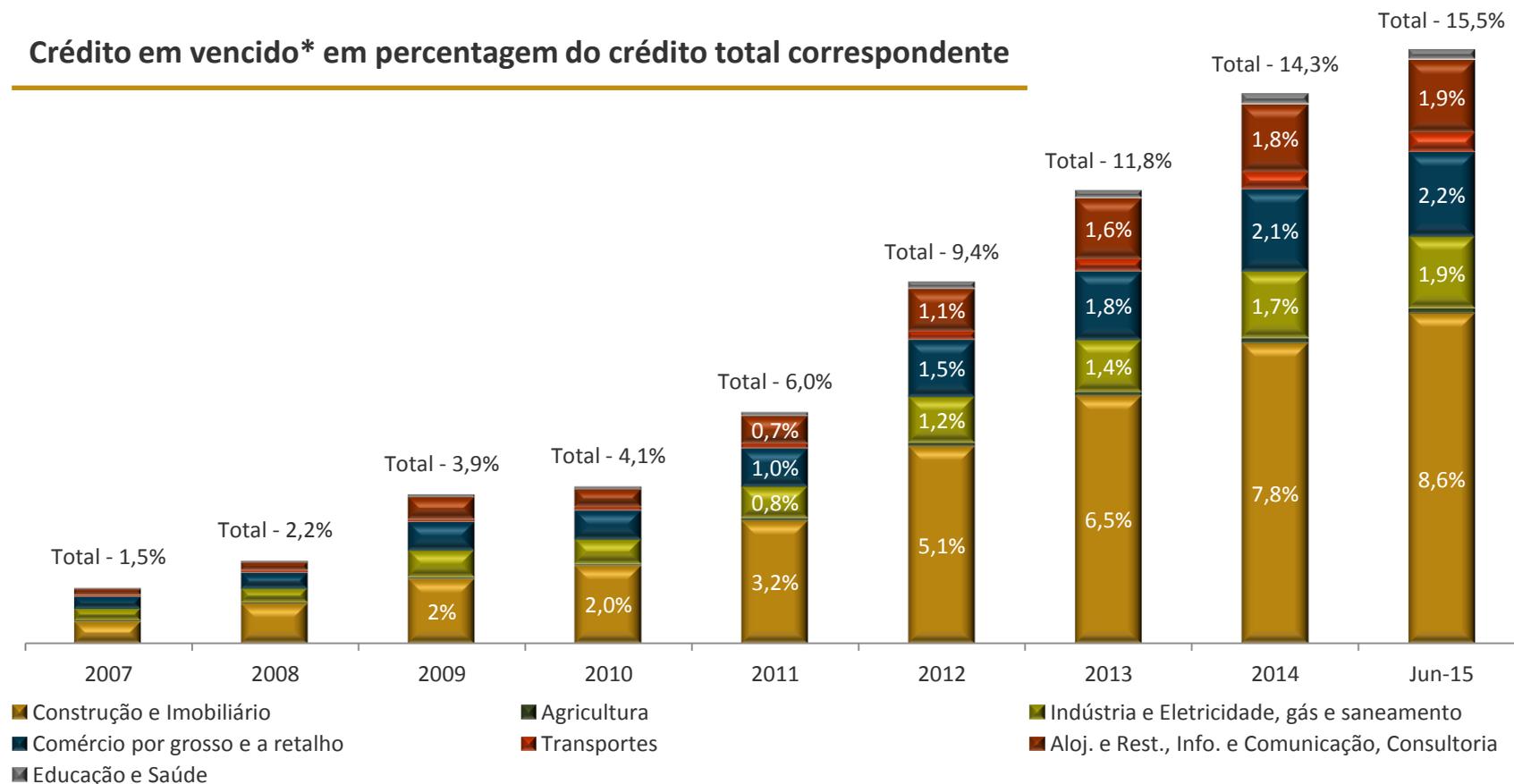


\* Inclui o valor total em dívida: i) do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ii) dos créditos reestruturados, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; e iii) do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco.

Fonte: Banco de Portugal

# A evolução do crédito vencido deve-se principalmente à deterioração da qualidade do crédito nos setores de Construção e Imobiliário.

**Crédito em vencido\* em percentagem do crédito total correspondente**



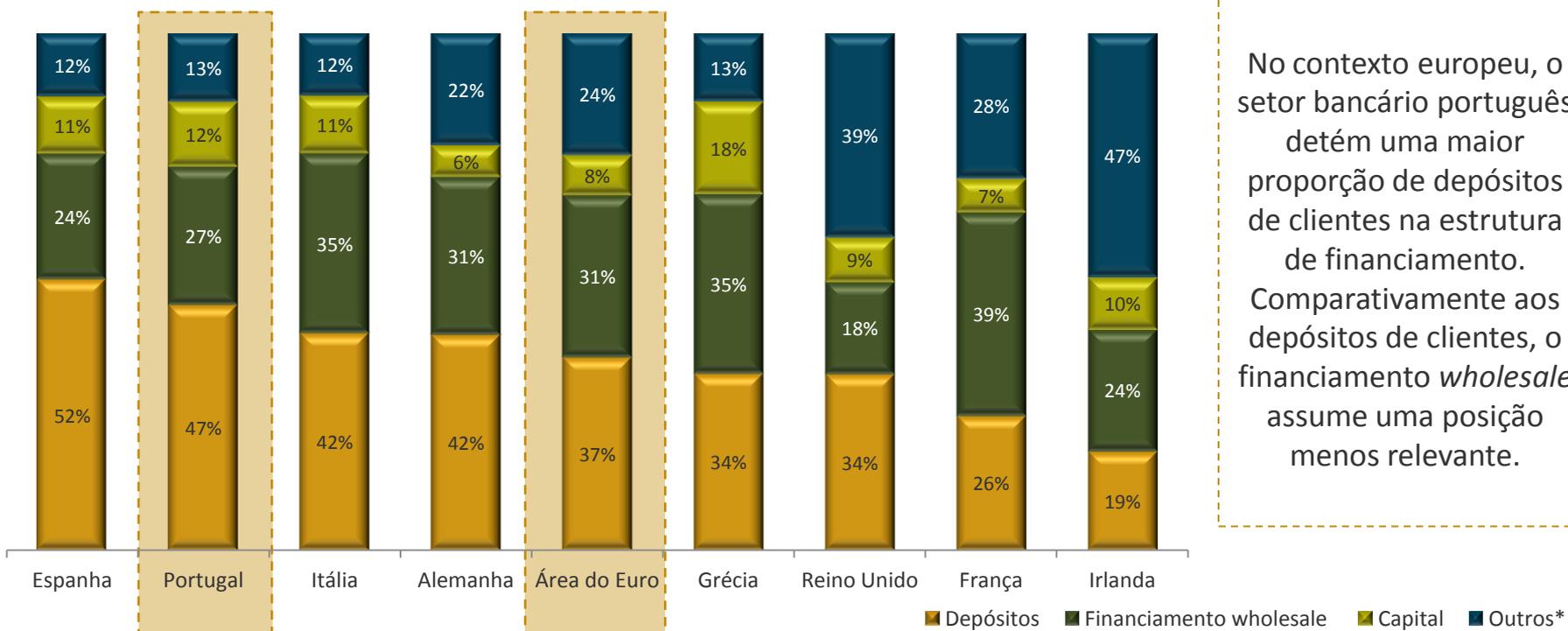
Fonte: Banco de Portugal

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

## III. Financiamento

## Os depósitos de clientes constituem a fonte mais importante de financiamento dos bancos portugueses.

Comparação da estrutura de financiamento dos bancos portugueses com a de outros países da União Europeia (Junho 2015)



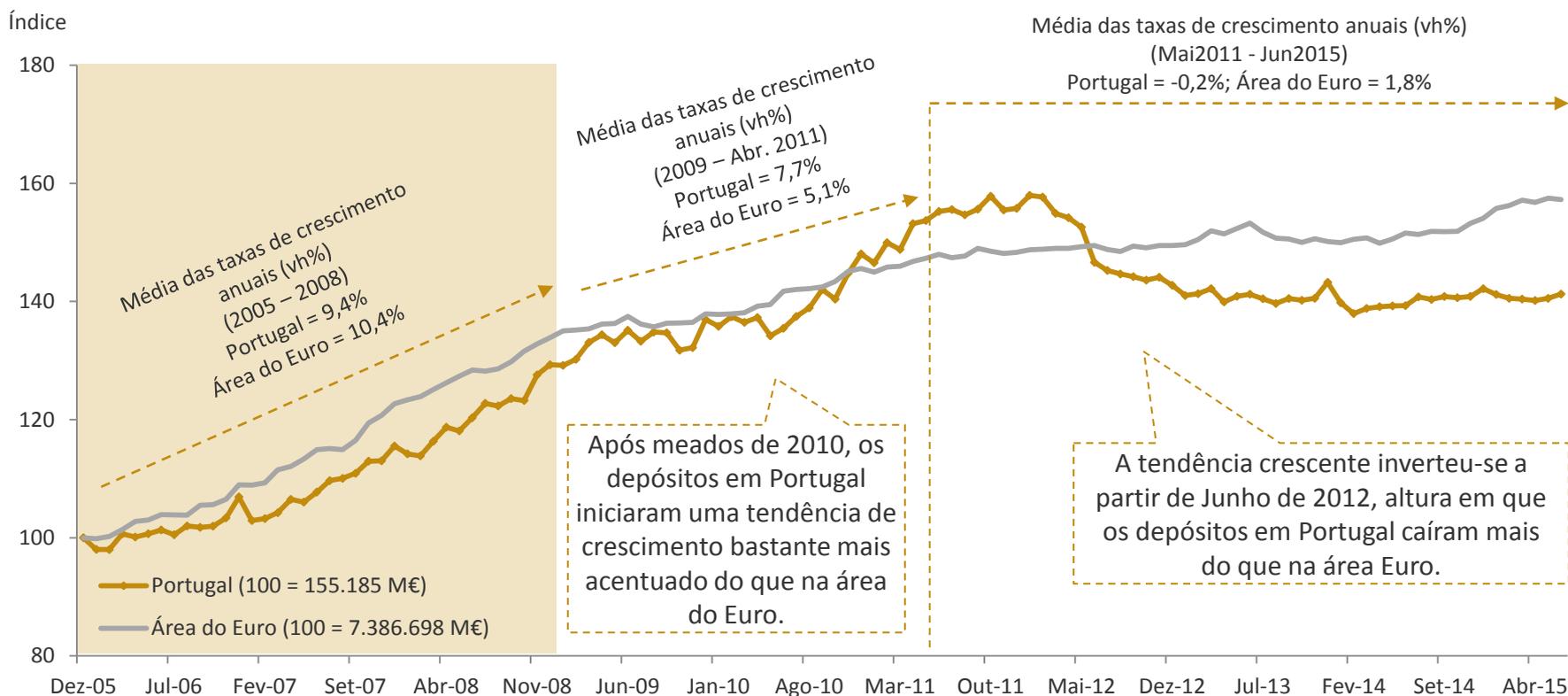
No contexto europeu, o setor bancário português detém uma maior proporção de depósitos de clientes na estrutura de financiamento. Comparativamente aos depósitos de clientes, o financiamento *wholesale* assume uma posição menos relevante.

\* Inclui responsabilidades com entidades não residentes na área do Euro, exceto para o Reino Unido em que inclui responsabilidades com não residentes no país.

Fonte: BCE

# A tendência de crescimento dos depósitos da área Euro revelou-se mais estável que a portuguesa.

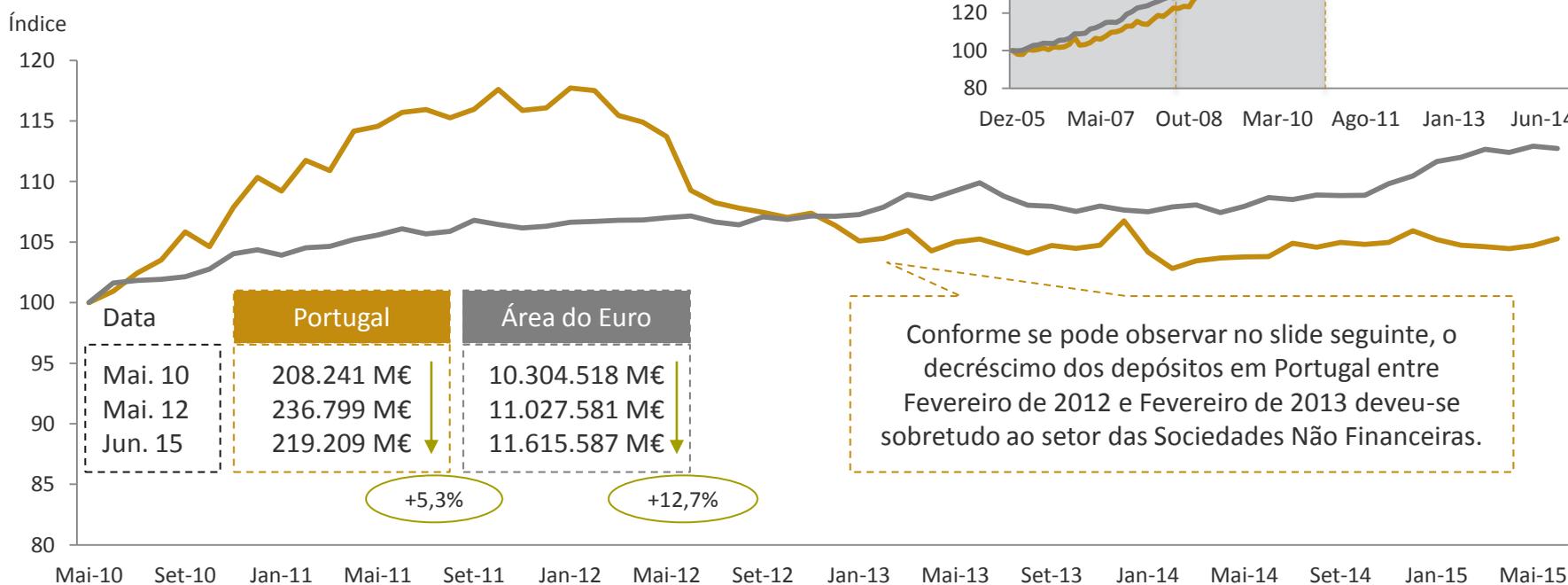
## Evolução dos depósitos\* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)



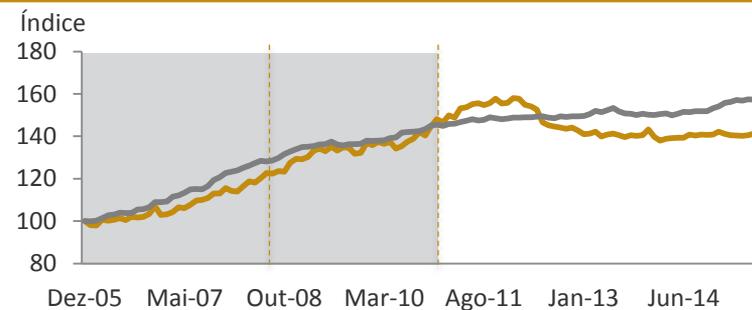
\* Depósitos do setor não monetário (saldos em fim de período).  
Fonte: BCE

Mais recentemente, os volumes dos depósitos da área do Euro e de Portugal têm-se mantido relativamente constantes.

**Evolução dos depósitos\* em Portugal e na área do Euro (Mai. 2010=100)**



**Evolução dos depósitos\* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)**



Conforme se pode observar no slide seguinte, o decréscimo dos depósitos em Portugal entre Fevereiro de 2012 e Fevereiro de 2013 deveu-se sobretudo ao setor das Sociedades Não Financeiras.

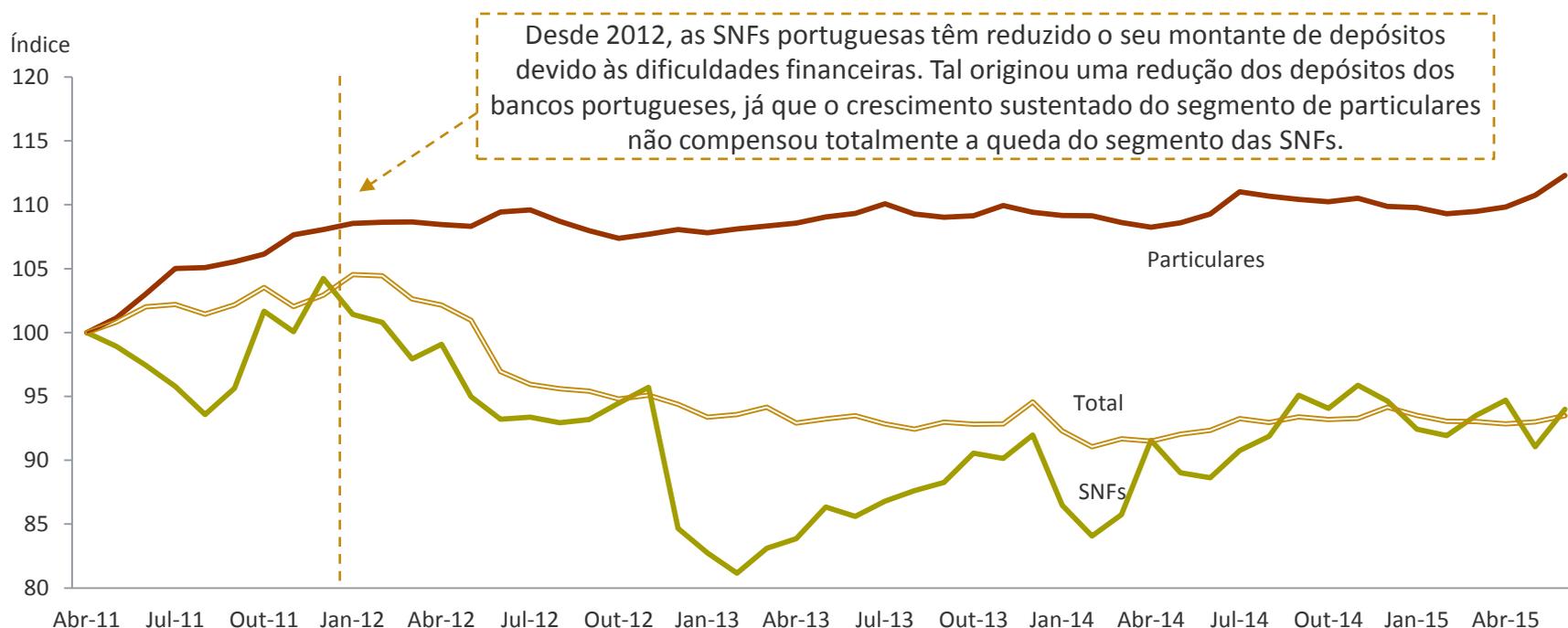
\* Depósitos do setor não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: BCE

— Portugal  
— Área do Euro

Após a queda dos depósitos de particulares decorrente da austeridade imposta pelo PAEF em Portugal, estes atingiram o seu valor mais alto de sempre em Junho.

**Evolução dos depósitos\* em Portugal, por setor institucional (Abr. 2011 = 100)**

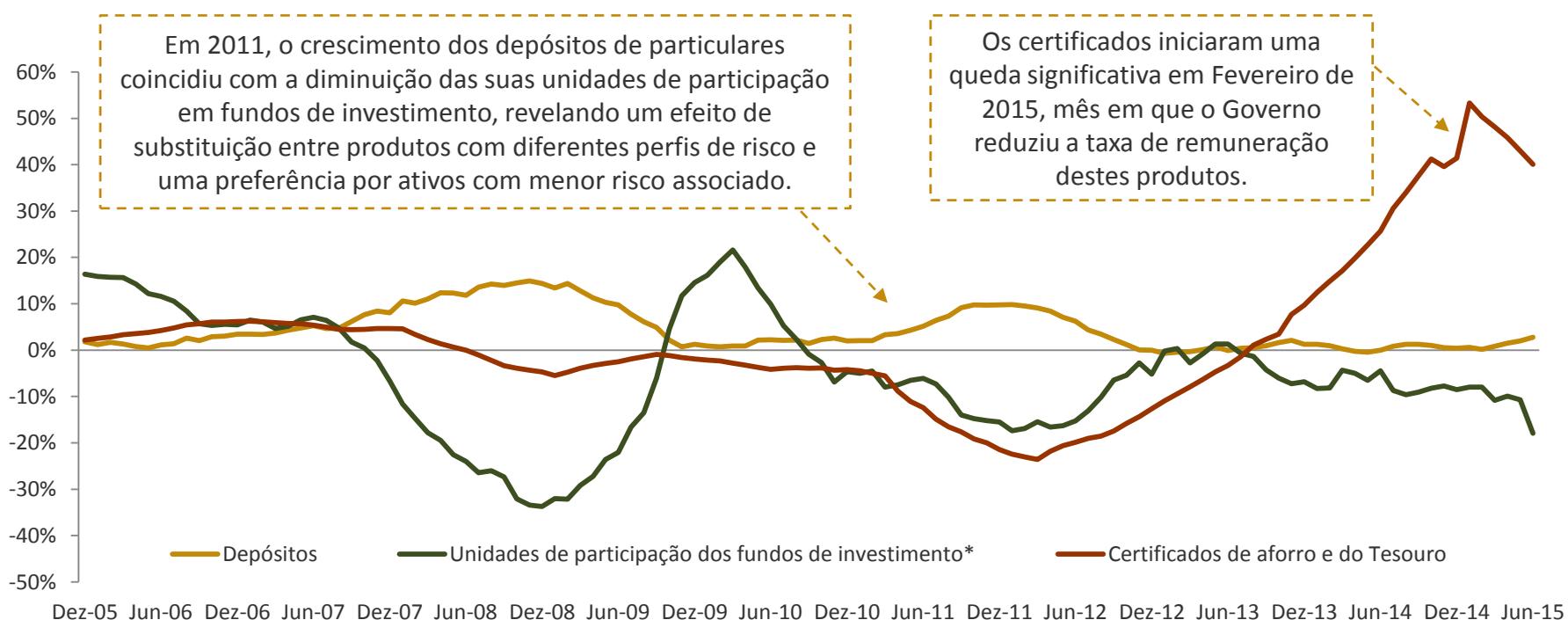


\* Depósitos do setor não monetário (saldos em fim de período). Inclui emigrantes.

Fonte: Banco de Portugal

As rentabilidades atrativas dos certificados de aforro estimularam o seu crescimento desde 2013, coincidindo com uma redução das unidades de participação em fundos de investimento.

**Taxas de crescimento dos depósitos, unidades de participação em fundos de investimento e certificados de aforro detidos por particulares, em Portugal (vh%)**

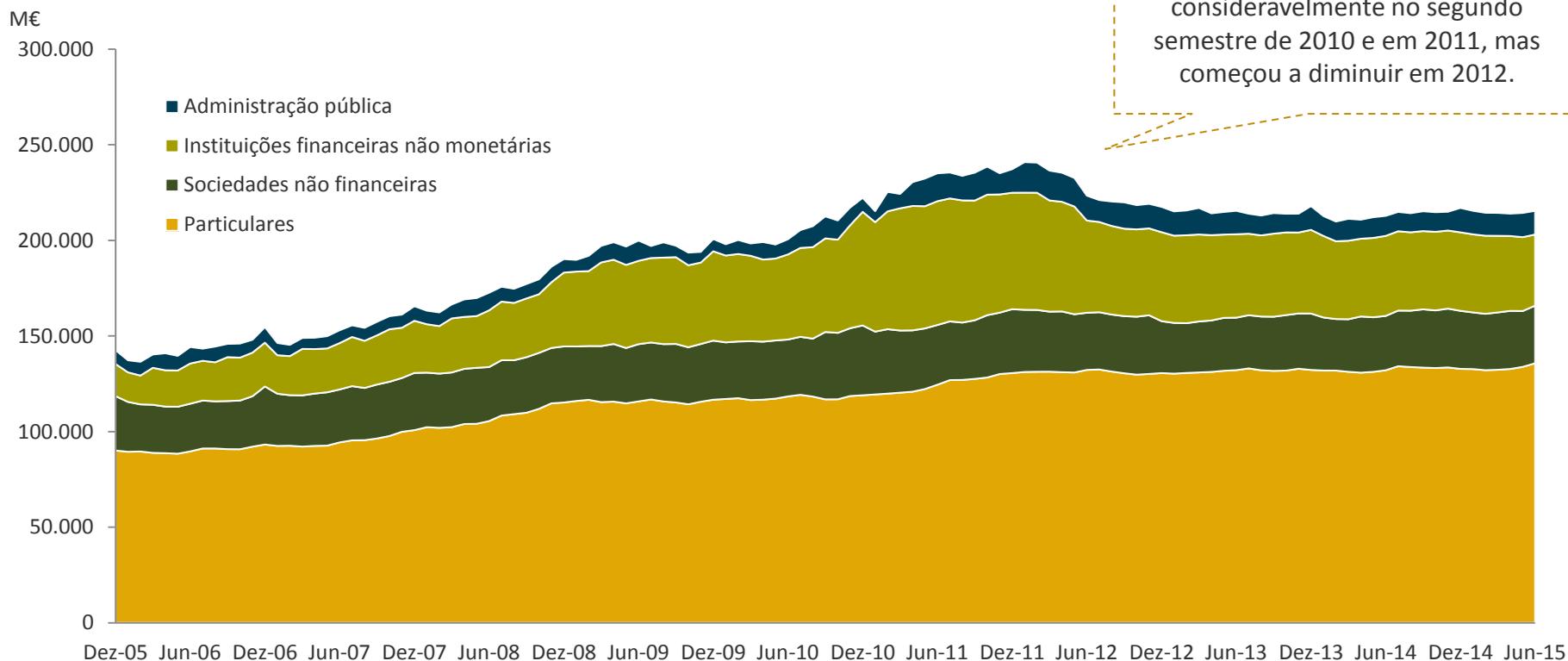


\* Inclui fundos de ações, de obrigações, de tesouraria, do mercado monetário, de poupança reforma, de poupança em ações, de fundos e mistos.

Fonte: Banco de Portugal

## Em Portugal, os depósitos são maioritariamente detidos por particulares e o seu peso tem vindo a aumentar.

### Evolução dos depósitos\* em Portugal, por setor institucional

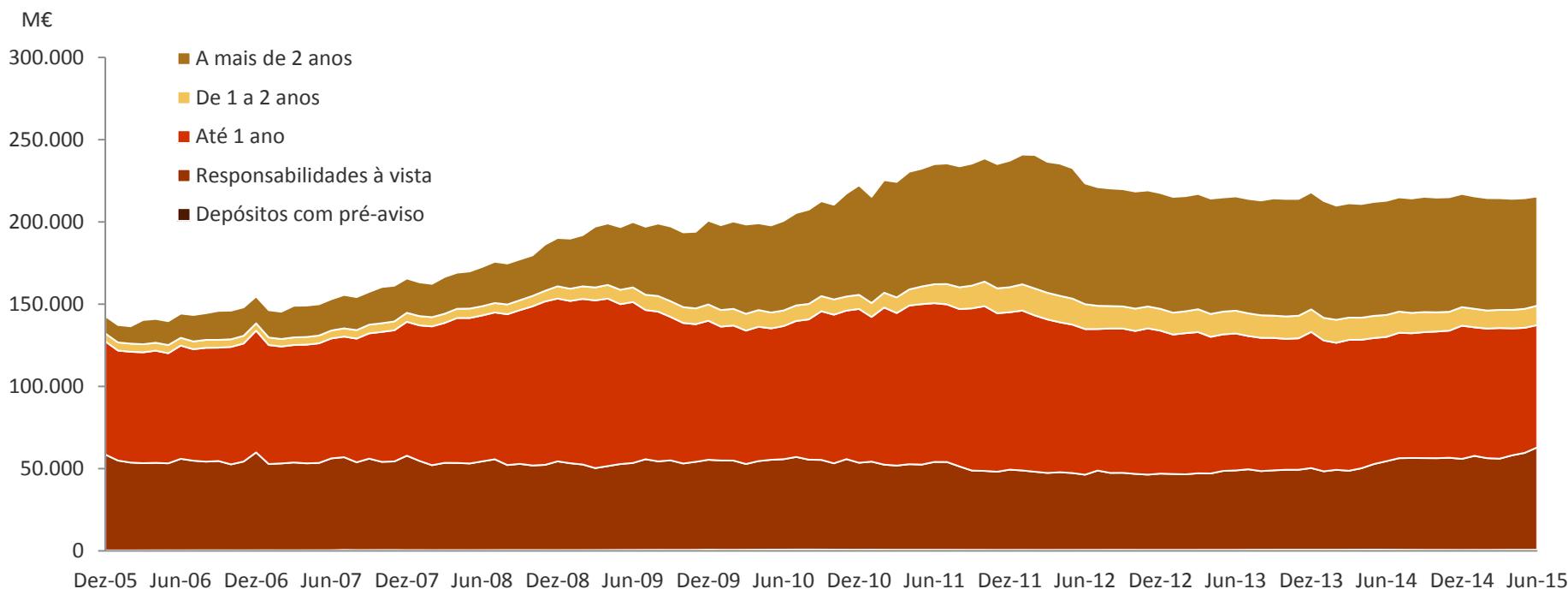


\* Depósitos do setor não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

Os depósitos com maturidade inferior a um ano são os que têm maior expressão, apesar do recente crescimento verificado nos depósitos a prazos mais longos.

### Evolução dos depósitos\* em Portugal, por prazo

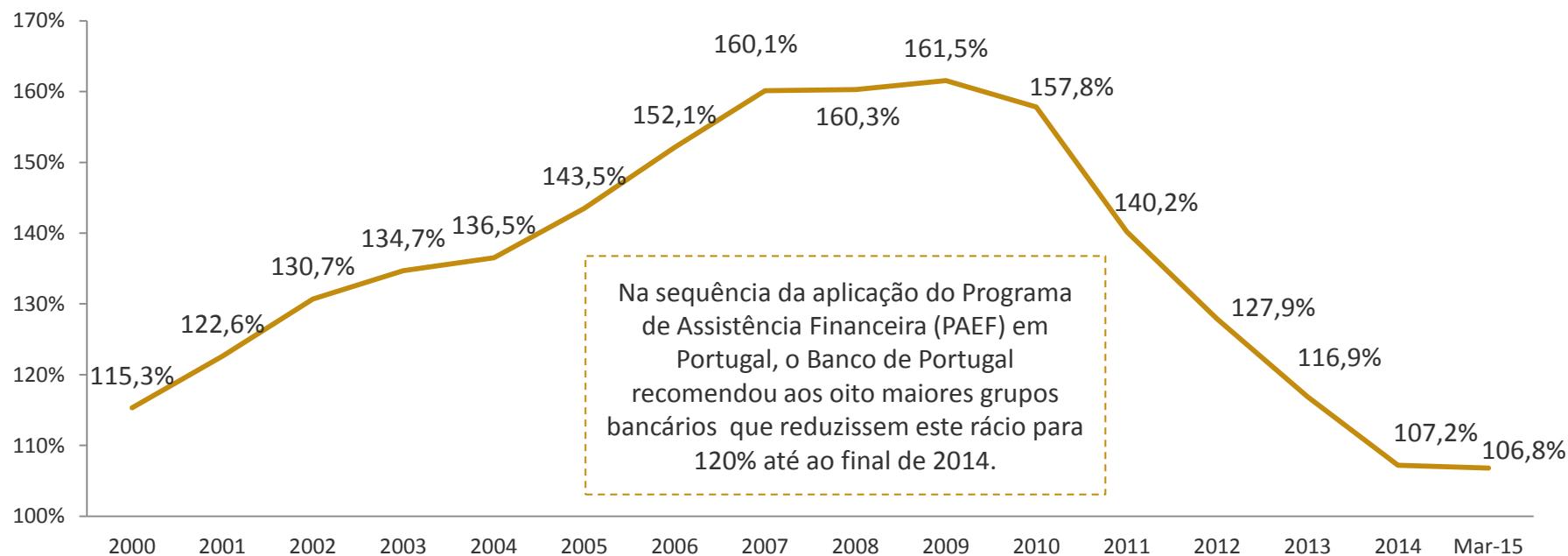


\* Depósitos do setor não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

A diminuição do Rácio de Transformação reflete a desalavancagem que tem vindo a ser realizada pelo sistema bancário português.

**Rácio Crédito\* / Recursos de Clientes, em base consolidada**



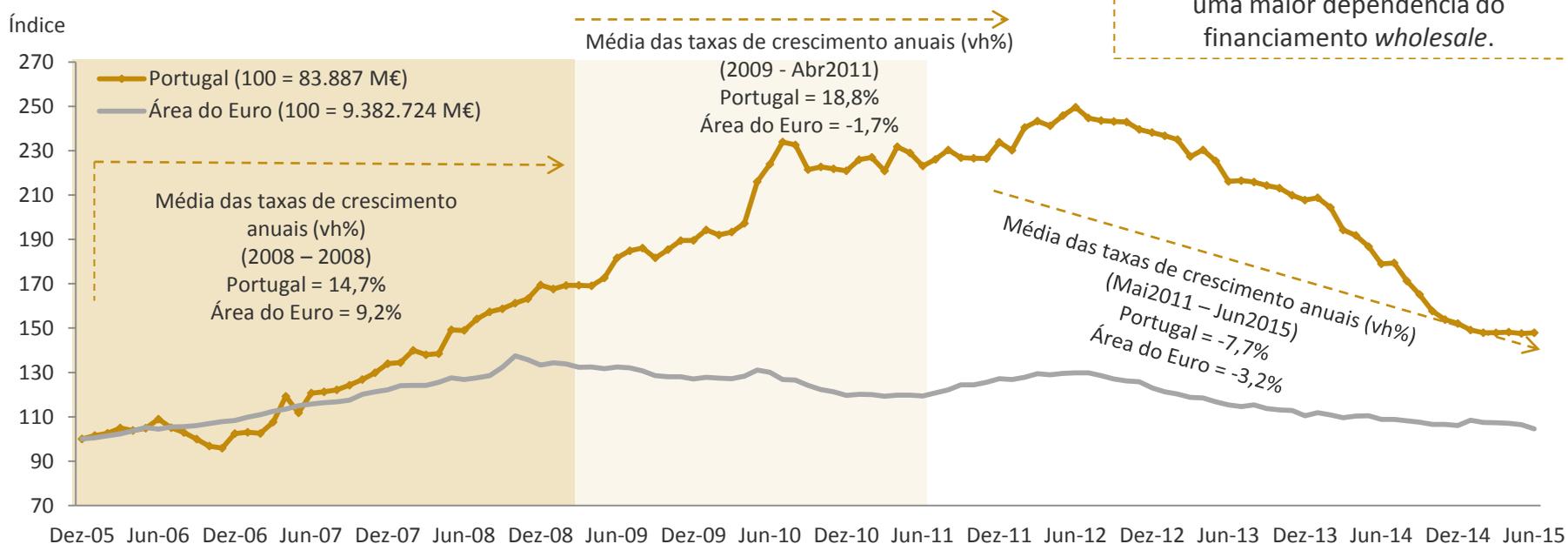
\* Crédito líquido de imparidades (inclui créditos titularizados e não desreconhecidos). Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

# O recurso ao financiamento *wholesale* por parte dos bancos portugueses cresceu a um ritmo bastante superior ao da área do Euro, tendência invertida nos últimos anos.

## Evolução do financiamento *wholesale*\*, em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

O crescimento dos depósitos em Portugal não foi suficiente para compensar o crescimento dos ativos dos bancos nacionais, conduzindo a uma maior dependência do financiamento *wholesale*.



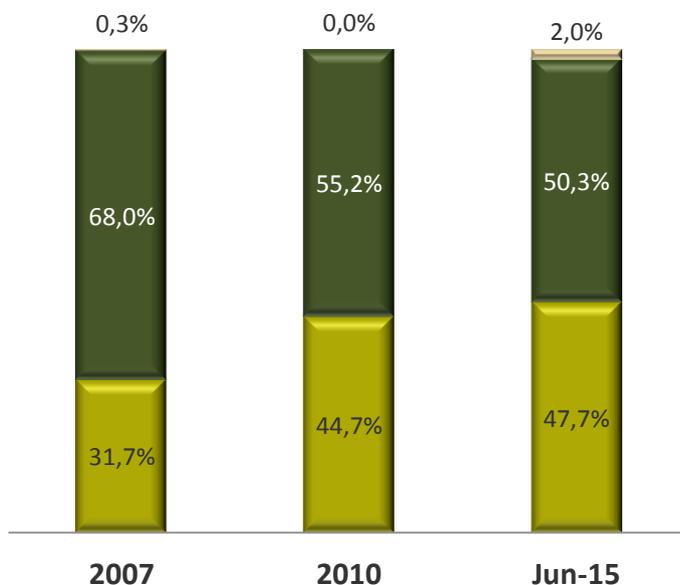
\* O financiamento *wholesale* inclui os depósitos do setor monetário, títulos de dívida emitidos e fundos do mercado monetário (saldo em fim de período).

Fonte: BCE

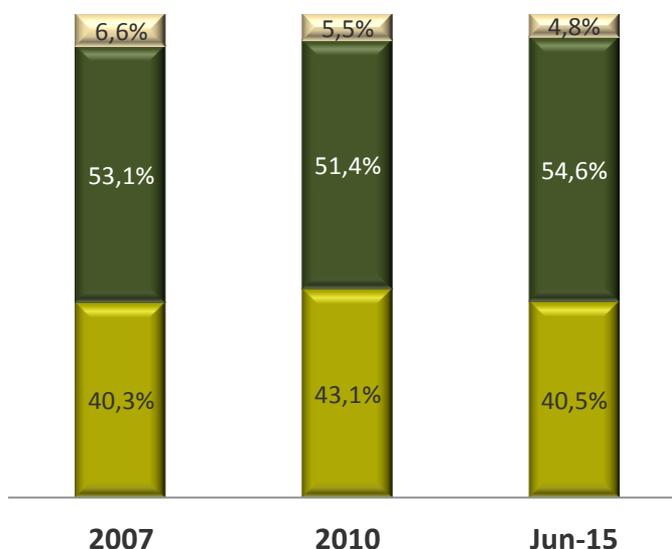
Tanto em Portugal como na área do Euro, os depósitos do setor monetário são a principal componente do financiamento *wholesale* do setor bancário.

### Estrutura do financiamento *wholesale*, por tipo de instrumento

#### Portugal



#### Área do Euro



No entanto, em Portugal, o peso do mercado de emissão de títulos de dívida aumentou face a 2007. Inclusivamente, esta fonte de financiamento tem hoje mais expressão para os bancos portugueses do que para os da área do Euro.

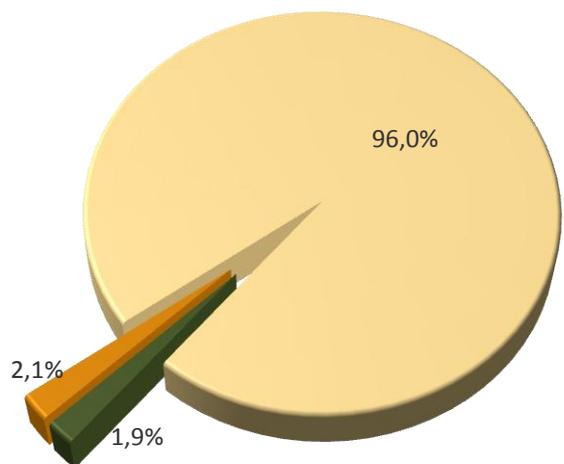
■ Fundos do mercado monetário ■ Depósitos do setor monetário ■ Títulos de dívida

Fonte: BCE

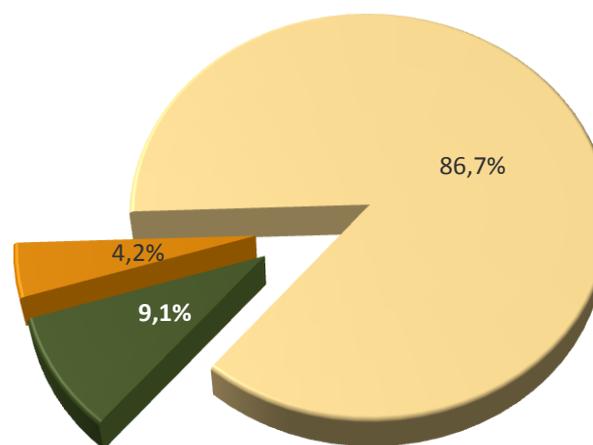
Tanto em Portugal como na área do Euro, os títulos de dívida emitidos pelos bancos são predominantemente de longo prazo.

**Estrutura dos títulos de dívida, por maturidade na data de emissão (Junho 2015)**

**Portugal**



**Área do Euro**

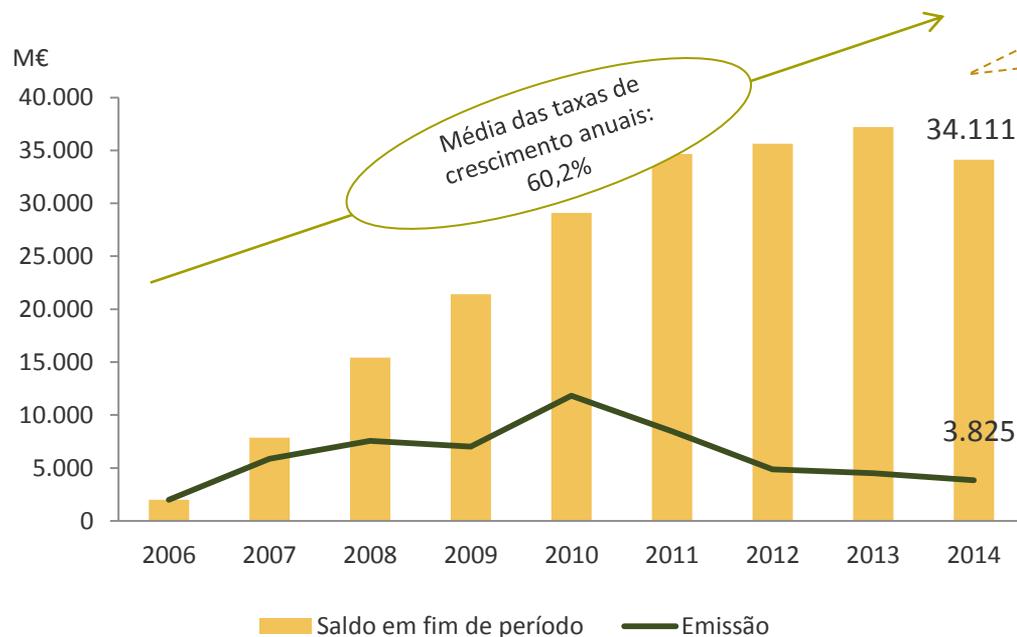


■ Até 1 ano ■ De 1 a dois anos ■ A mais de 2 anos

Ainda assim, a emissão de títulos de dívida de curto prazo assume um papel mais importante no contexto do setor bancário da área do Euro do que no português.

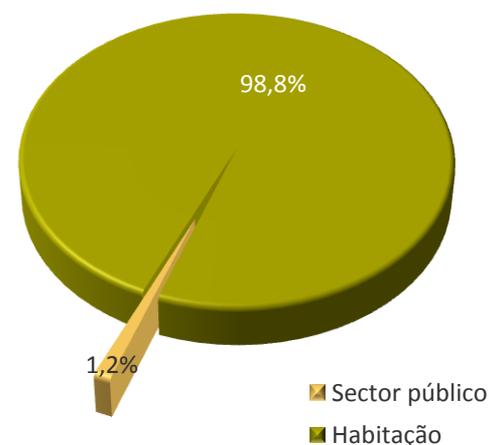
Até 2011, as *covered bonds* ganharam importância como fonte de financiamento dos bancos portugueses. No entanto, mais recentemente, o montante emitido tem vindo a diminuir.

### Emissão e saldos de *covered bonds* em Portugal



No final de 2014, o saldo de *covered bonds* representava cerca de 7,3% do financiamento dos bancos portugueses.

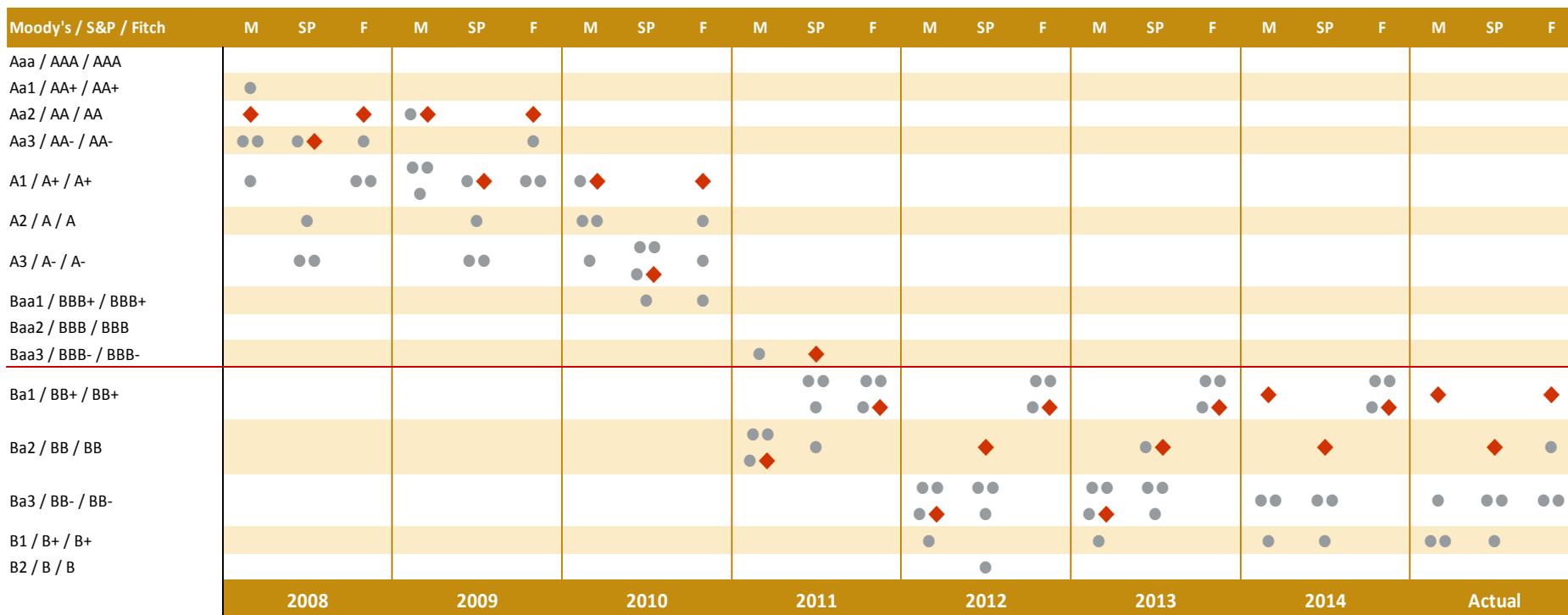
### Covered bonds por tipo de ativo subjacente (2014)



Fonte: BCE, European Covered Bond Council, Factbook, 2014

# Os *downgrades* do risco da República Portuguesa afectaram negativamente os *ratings*\* dos bancos portugueses.

**Evolução dos ratings da República Portuguesa e dos bancos portugueses pela Moody's, pela S&P e pela Fitch**

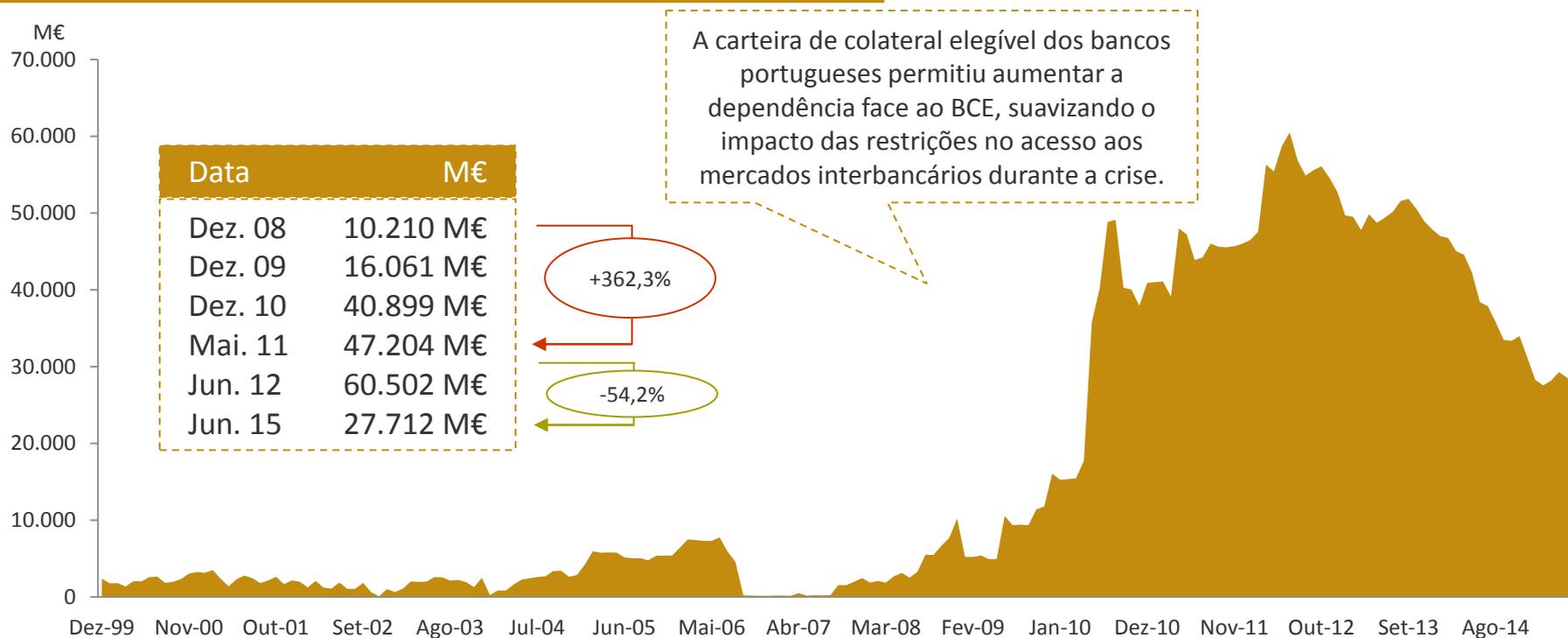


◆ República Portuguesa  
● Bancos Portugueses

\*Em fim de período.

## O volume das operações de cedência de liquidez do BCE aos bancos portugueses tem vindo a descer de forma sustentada desde Junho de 2012.

### Operações de cedência de liquidez do Banco Central Europeu\*



\* Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

Mais recentemente, a redução das necessidades de financiamento permitiu diminuir o peso de Portugal no total do financiamento concedido pelo BCE.

**Peso dos bancos portugueses no total de operações de cedência de liquidez do BCE\***



Em termos percentuais, a proporção do recurso a operações de cedência de liquidez do BCE por parte dos bancos portugueses aumentou a partir de 2010.

Todavia, o esforço dos bancos portugueses em reduzir a sua quota no recurso a operações de cedência de liquidez do Eurosistema tem sido bem sucedido.

\* Operações de cedência de liquidez aos bancos portugueses em percentagem do total cedido pelo Eurosistema ao conjunto dos países da área do Euro (saldo em fim de período).

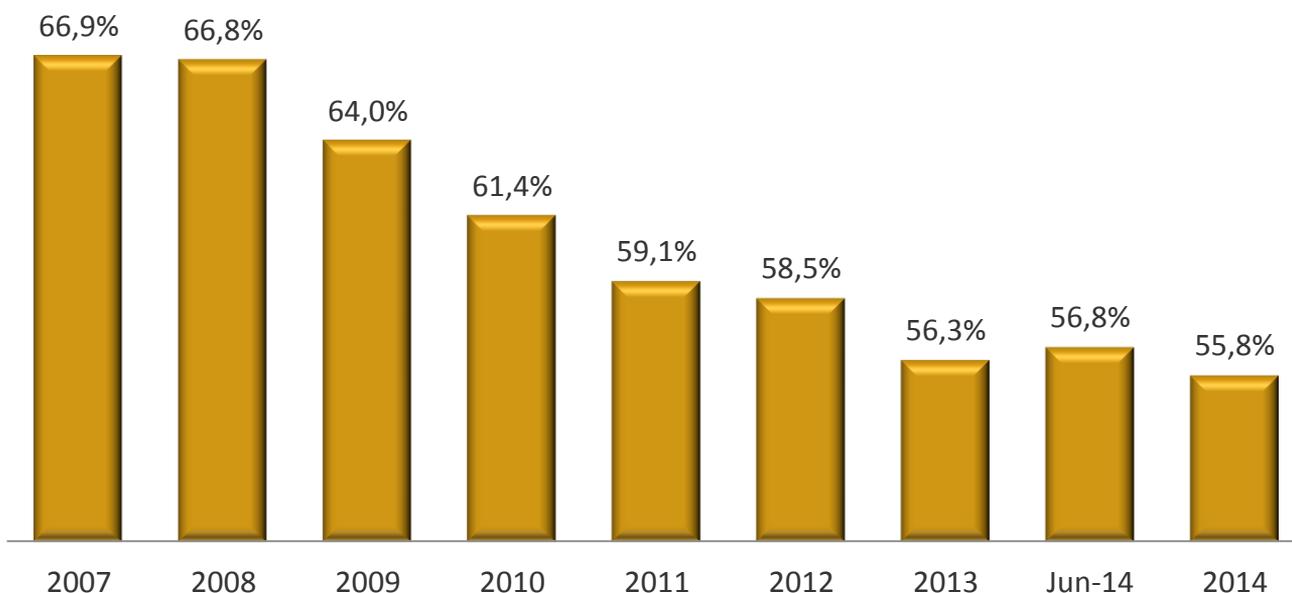
Fonte: Banco de Portugal, BCE

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

## IV. Solvabilidade

## O nível de risco dos ativos dos bancos portugueses tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos.

### Ativos ponderados pelo risco em proporção dos ativos totais\*



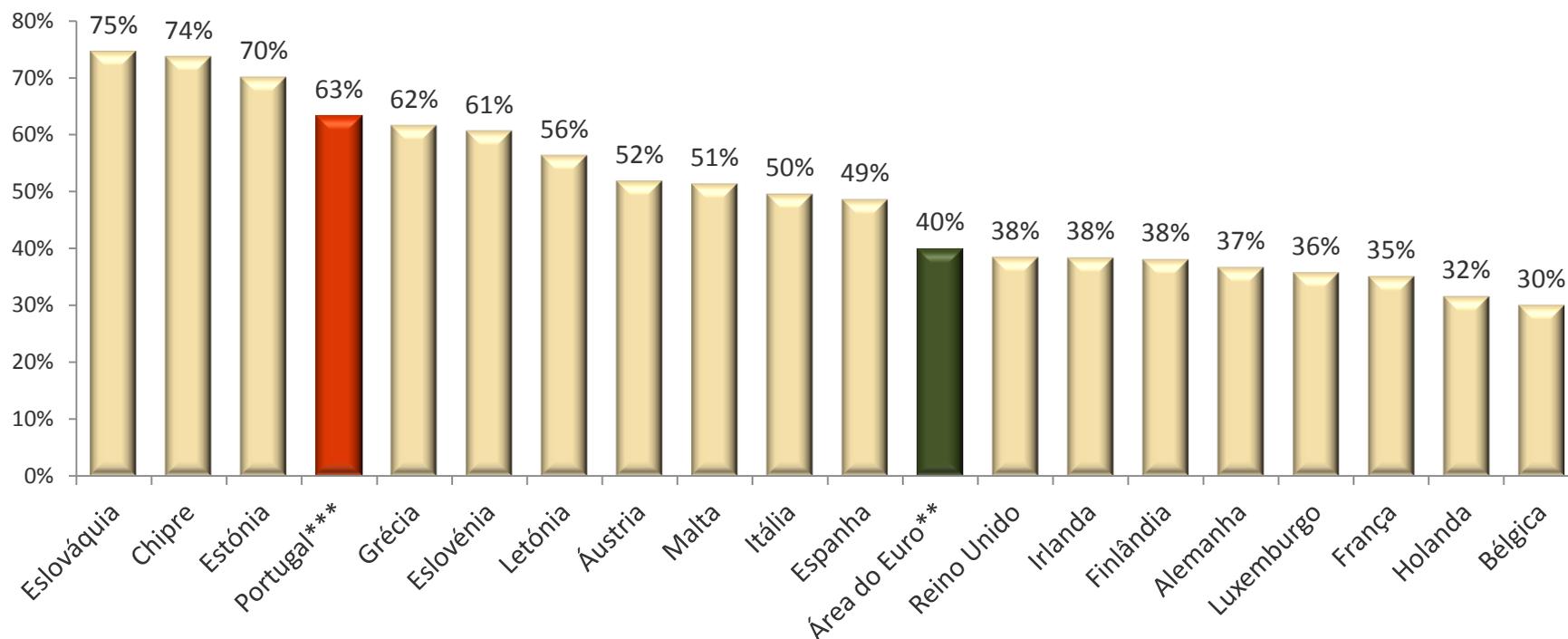
O Rácio Ativos Ponderados pelo Risco / Ativos Totais dos bancos portugueses sofreu um decréscimo considerável nos últimos anos. Esta tendência intensificou-se depois do PAEF e reflete uma diminuição do risco médio dos ativos que compõem o balanço dos bancos portugueses. No primeiro semestre de 2014 este rácio aumentou ligeiramente, por via das alterações de cálculo dos RWAs introduzidas pela CRD IV / CRR, voltando à trajetória descendente no final do mesmo ano.

\* Os ativos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço; Dados em base consolidada.

Fonte: Banco de Portugal

## No entanto, o Rácio Ativos Ponderados pelo Risco sobre o Ativo Total situa-se acima da média da área do Euro.

### Ativos ponderados pelo risco em proporção dos ativos totais\* (Junho 2014)



\* Os ativos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço. Dados diferem do slide anterior pois referem-se apenas aos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

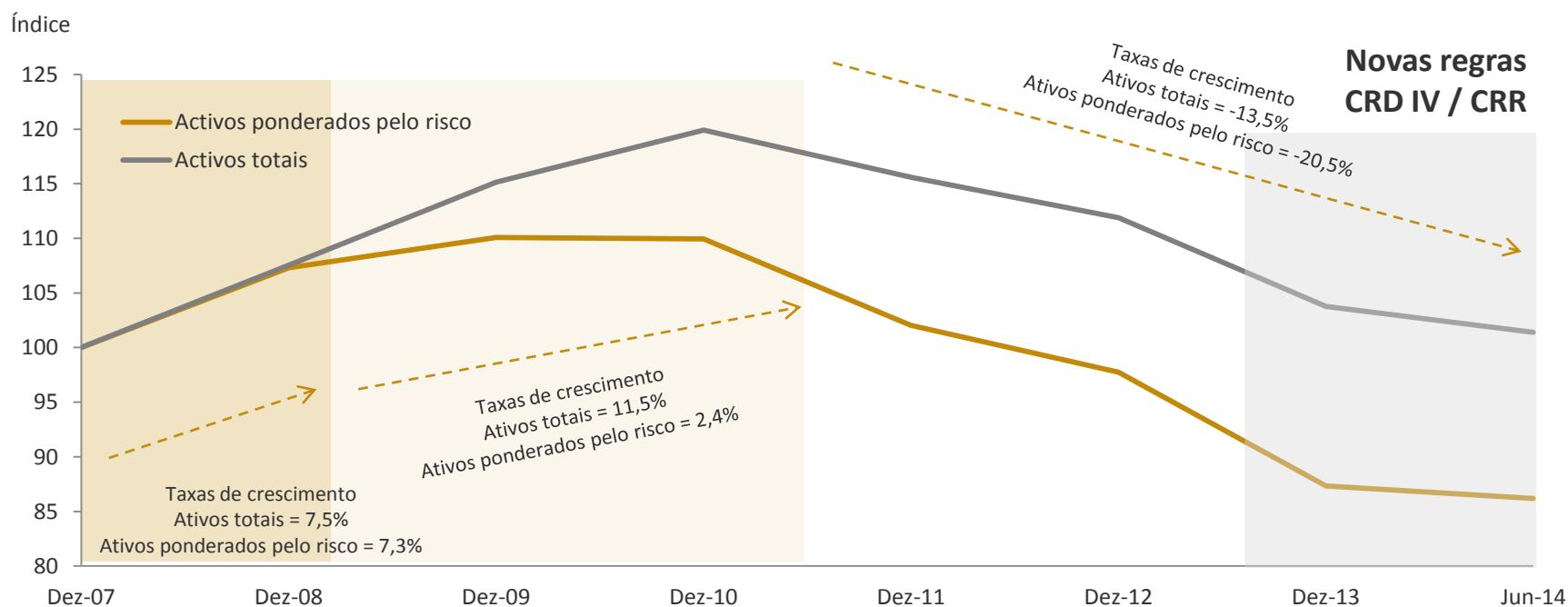
\*\* Área do Euro com 18 países.

\*\*\* Os dados para Portugal podem diferir dos apresentados no slide anterior por ligeiras diferenças das metodologias utilizadas pelo Banco de Portugal e pelo BCE.

Fonte: BCE

Os ativos totais têm decrescido a uma taxa inferior à dos ativos ponderados pelo risco, fruto da otimização da exposição ao risco por parte dos bancos portugueses.

**Evolução dos ativos ponderados pelo risco e dos ativos totais dos bancos portugueses\* (Dez. 2007=100)**

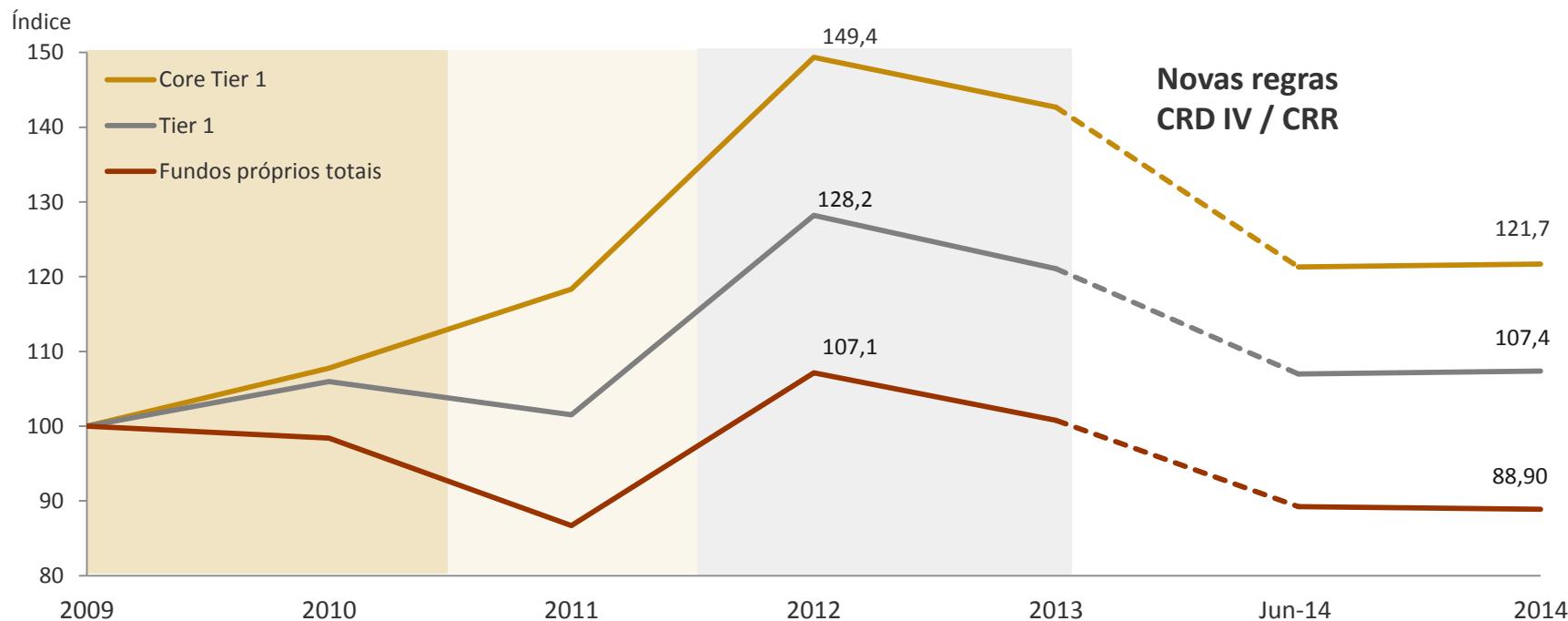


\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

Fonte: BCE

## Os fundos próprios de melhor qualidade dos bancos portugueses, *core* Tier 1, aumentaram significativamente desde 2009.

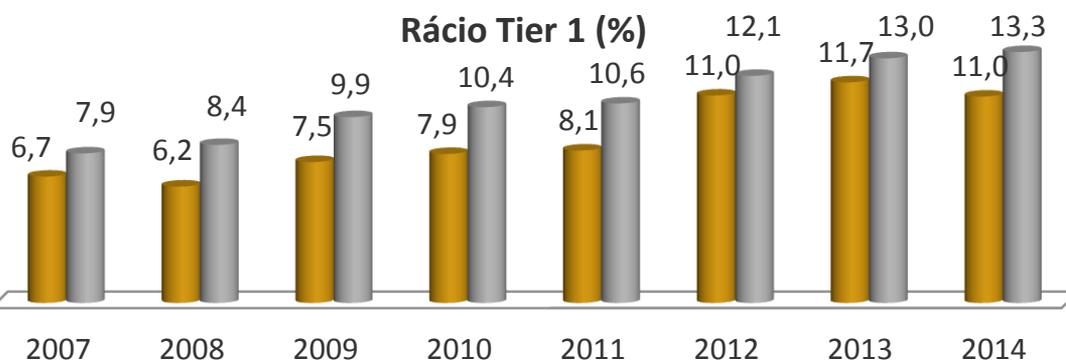
### Evolução dos fundos próprios dos bancos portugueses\* (Dez. 2009=100)



\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

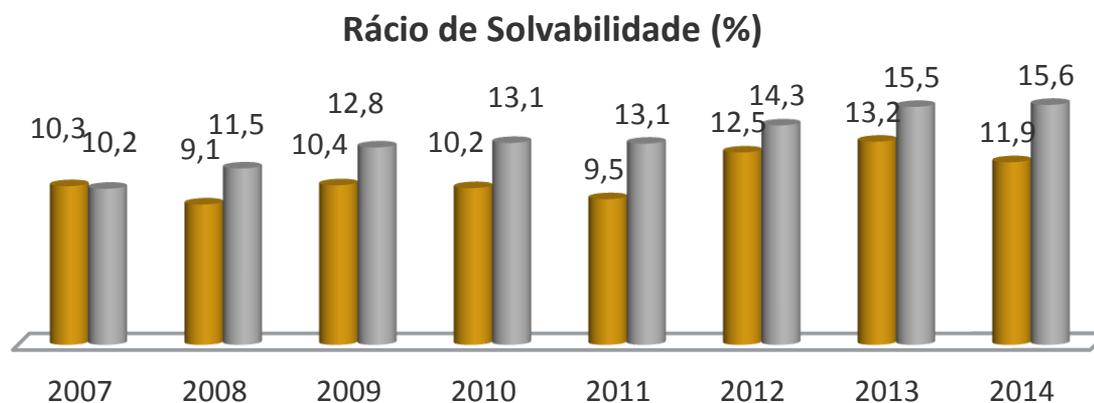
Fonte: Banco de Portugal

## Historicamente, os níveis de capital dos bancos portugueses têm-se situado acima dos mínimos legais exigidos.



O Acordo de Basileia II impunha que o Rácio Tier 1 das instituições financeiras fosse igual ou superior a 4% e que o Rácio de Solvabilidade não fosse inferior a 8%. O novo quadro regulamentar, adotado no seguimento do Acordo de Basileia III e em vigor desde o início de 2014, foca-se no Rácio *Common Equity Tier 1*. Em 2014, e de acordo com o Regime transitório CRD IV/CRR, a exigência passa a ser de 6% para o Rácio Tier 1 e de 8% no que diz respeito ao Rácio de Solvabilidade.

■ Portugal  
■ Área do Euro

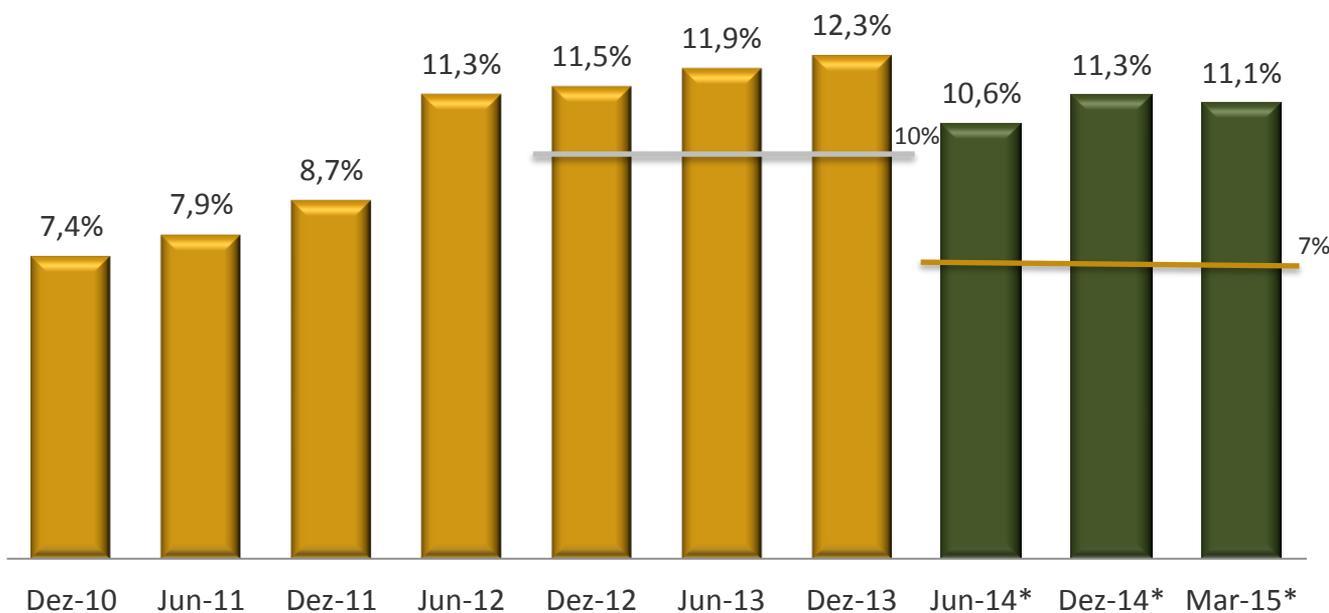


\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

Fonte: BCE

A situação de solvabilidade dos bancos portugueses melhorou substancialmente desde 2011, permitindo que o novo Rácio CET 1 se situe confortavelmente acima dos requisitos mínimos.

Rácio Core Tier 1 / Rácio Common Equity Tier 1



Desde o início de 2014, os bancos portugueses têm que cumprir o novo regime transitório de adequação de fundos próprios implementado pela CRD IV/CRR, que impõe um Rácio Common Equity Tier (CET) 1 de 7%. Até finais de 2013, os bancos portugueses estavam obrigados pelo Banco de Portugal a satisfazer um Rácio Core Tier 1 não inferior a 10%.

\* Rácio CET 1 calculado de acordo com o novo regime transitório estabelecido na CRD IV/CRR.

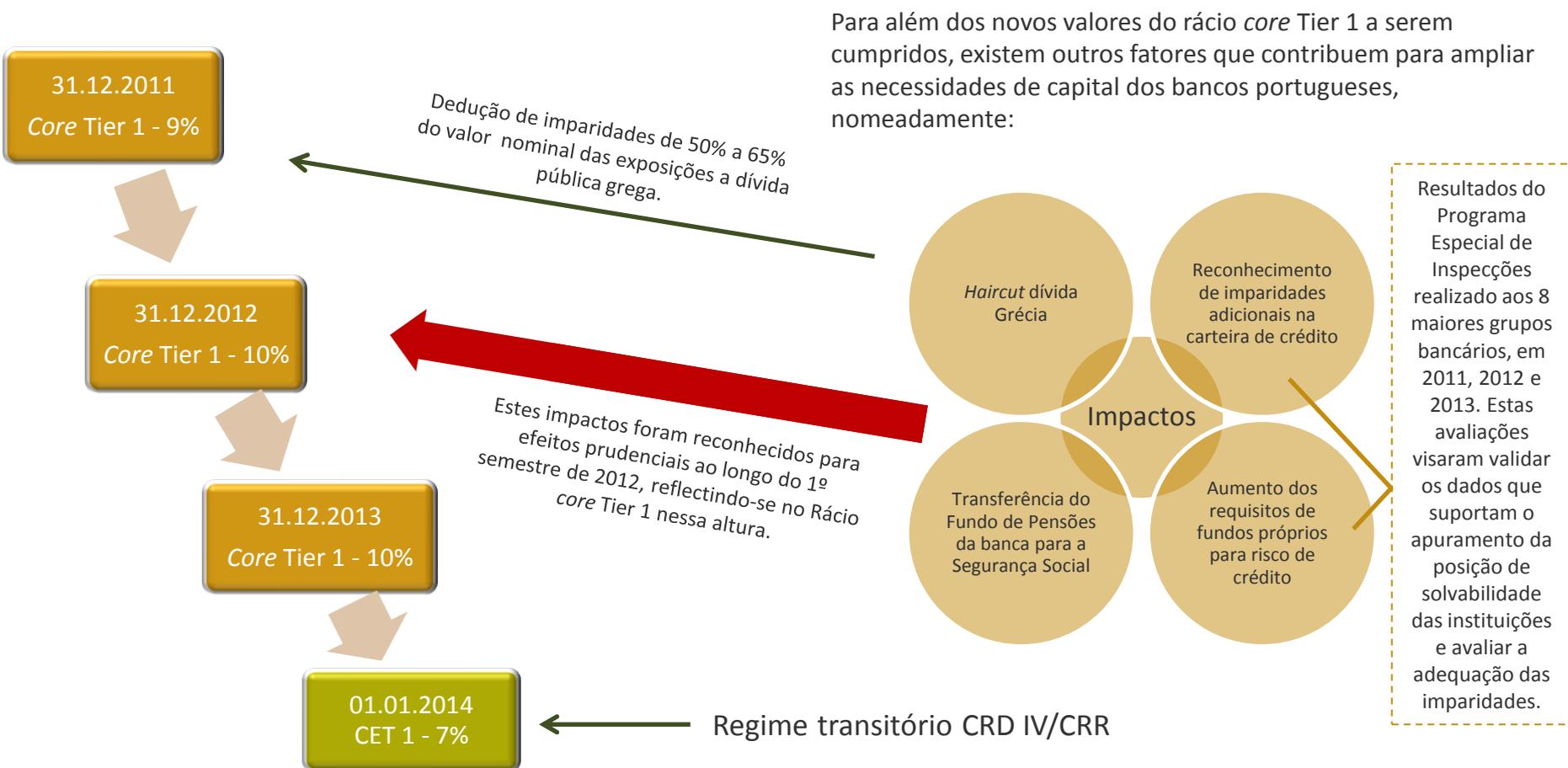
Fonte: Banco de Portugal

## No passado recente o setor bancário enfrentou novos requisitos regulatórios...

	<b>Basileia I</b> 1992	<b>Basileia II</b> 2004	<b>Basileia 2.5</b> 2009	<b>Basileia III</b> 2014
<b>Requisitos de Capital</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de Tier 1 e Tier 2</li> <li>Requisitos: Tier 1 – 4%; Fundos Próprios – 8%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requisitos iguais a Basileia I</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Nova definição de capital</li> <li>Novos <i>buffers</i></li> <li><i>Leverage ratio</i></li> <li>Risco sistémico</li> </ul>
<b>Requisitos de RWA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pilar 1 – risco de mercado (alteração introduzida em 1997)</li> <li>Pilar 1 – Risco de crédito</li> <li>Requisito: 8%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Novo Pilar 1 – risco de crédito</li> <li>Pilar 2 – ICAAP</li> <li>Pilar 3 – <i>Disclosures</i></li> <li>Requisitos iguais a Basileia I</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisões a instrumentos de securitização e <i>trading book</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de contraparte</li> <li>Requisitos: CET – 4,5%; Tier 1 – 6%; Tier 1 + Tier 2 – 8%</li> </ul>
<b>Requisitos de Liquidez</b>				<ul style="list-style-type: none"> <li><i>Liquidity coverage ratio</i> (LCR)</li> <li><i>Net stable funding ratio</i> (NSFR)</li> </ul>

Todos os valores são referentes à implementação integral dos acordos de Basileia.  
Fonte: BIS, PwC

## ... com especial foco nos requisitos de capital.



Fonte: APB, Banco de Portugal

# **OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS**

V. Regimes de Recapitalização  
Pública e de Concessão de  
Garantias Pessoais pelo Estado  
a favor das Instituições de  
Crédito

# Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito antes do início do PAEF

Out. 2008

Mai. 2009

Fev. 2010

Mar. 2010

Jul. 2010

Jan. 2011

## Regime de Garantias

Regime  
aprovado até  
Dez 2009  
€20.000 M

Orçamento  
alterado  
€16.000 M

Prorrogação  
até Jun 2010  
Orçamento  
alterado  
€ 9.150 M

Prorrogação  
até Dez 2010

Prorrogação  
até Jun 2011

## Regime de Recapitalização

Regime  
aprovado até  
Nov 2009  
€ 4.000 M

Prorrogação  
até Jun 2010  
Orçamento  
alterado  
€ 3.000 M\*

Prorrogação  
até Dez 2010

Prorrogação  
até Jun 2011

Lei nº  
60-A/2008

Lei nº  
63-A/2008

Lei nº  
3-B/2010

\* A utilização de ambos os regimes não pode exceder EUR 9.150 M.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

# Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito durante o PAEF



## Regime de Garantias

Prorrogação até Dez 2011 Orçamento alterado € 35.000 M	Prorrogação até Jun 2012	Prorrogação até Dez 2012	Prorrogação até Jun 2013	Prorrogação até Dez 2013	Prorrogação até Jun 2014	Prorrogação até Dez 2014	Prorrogação até Jun 2015	Prorrogação até Dez 2015
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

## Regime de Recapitalização

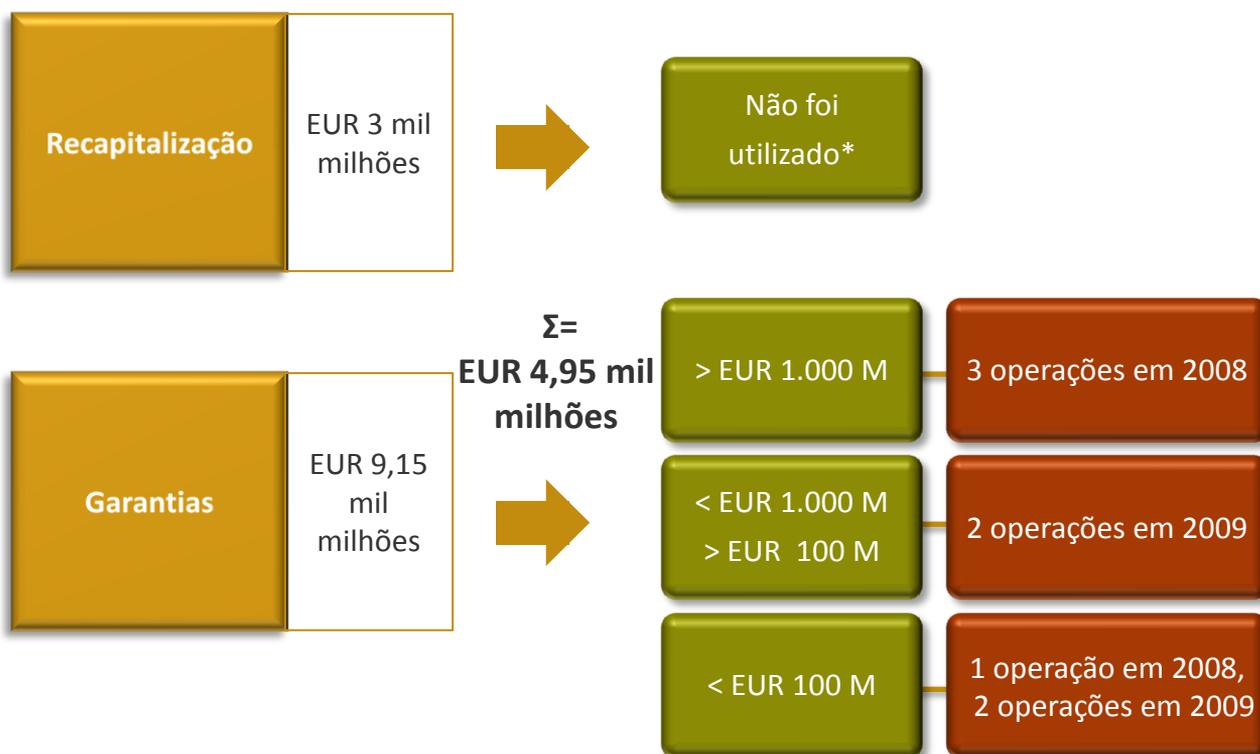
Prorrogação 31 Dez 2011 Orçamento alterado € 12.000 M		Prorrogação até Dez 2012		Prorrogação até Dez 2013				
---	--	--------------------------	--	--------------------------	--	--	--	--

Lei nº 48/2011  
Lei nº 4/2012

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

# Os bancos portugueses ultrapassaram a crise financeira sem apoio estatal em termos de recapitalização...

## Regimes de apoio estatal utilizados até fim de Junho de 2011



Até fim de Junho de 2011:

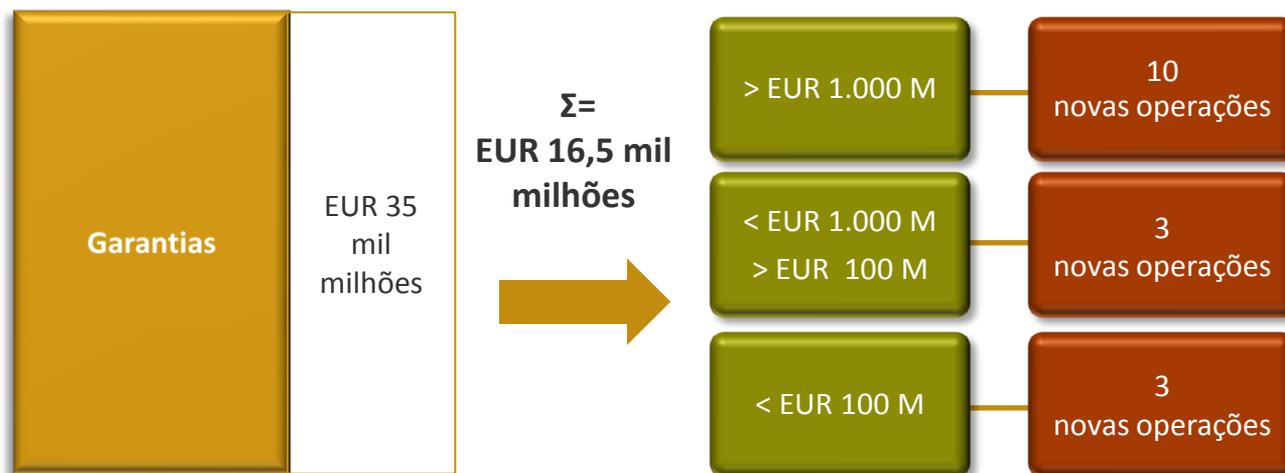
- 6 bancos (incluindo a CGD) tinham utilizado o regime de garantias;
- 2 operações no valor de EUR 75 M tinham sido amortizadas (uma em 2009 e outra em 2010);
- O montante de garantias em vigor totalizava EUR 4.875 M, que corresponde a 53% do orçamento existente.

\* Não foi utilizado por bancos privados. Em Dezembro de 2010, a CGD aumentou o seu capital em EUR 550 M, dos quais EUR 56 M procederam do orçamento do regime de recapitalização.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

... entretanto, a crise da dívida pública levou ao aumento da utilização de garantias concedidas pelo Estado.

### Utilização do Regime de Garantias desde Julho de 2011



- Desde Julho de 2011:
  - **6 bancos** usaram o regime de garantias em novas operações de financiamento;
  - As novas operações ascenderam a **EUR 16.525 M**, o correspondente a **47,2%** do respectivo orçamento

A utilização do Regime de Recapitalização ocorreu posteriormente, para dar cumprimento às regras impostas pelo Banco de Portugal e pela EBA.

### Utilização do Regime de Recapitalização



- No final de Dezembro de 2014, os bancos que recorreram ao regime de recapitalização já tinham reembolsado EUR 4,025 mil milhões. O montante utilizado à data era de EUR 1,575 mil milhões.

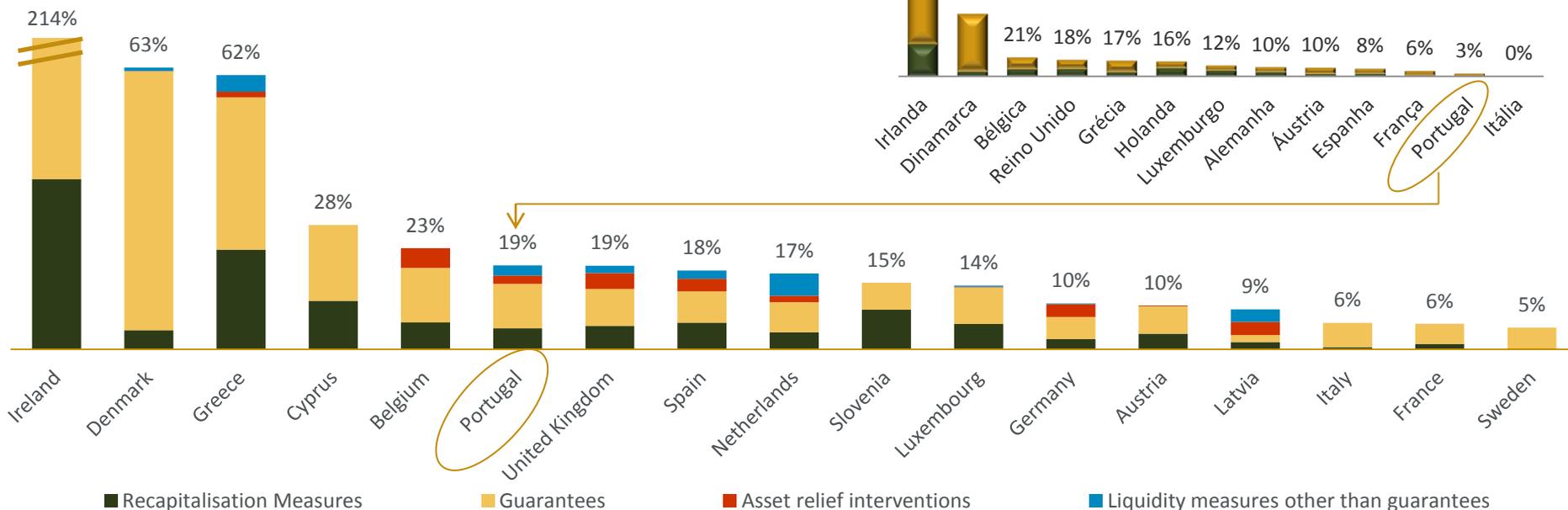
\* Não inclui a recapitalização da CGD, em Junho de 2012, no valor de EUR 1.65 milhões.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

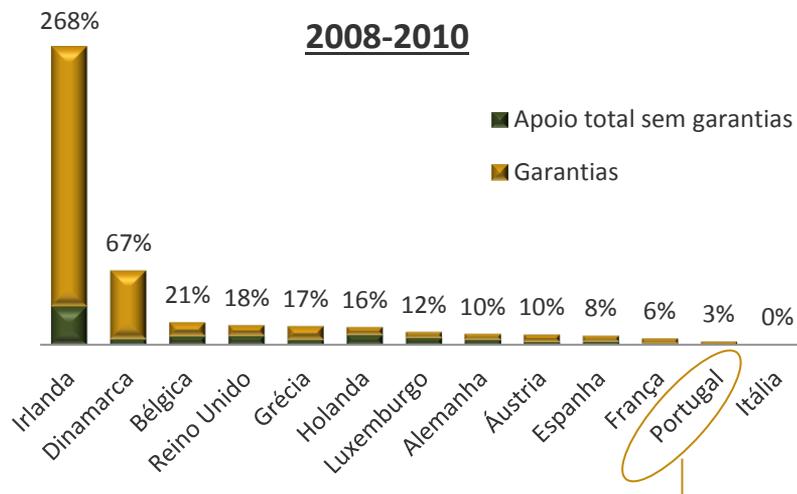
# A ajuda estatal utilizada pelos bancos portugueses até 2010 foi de 3% do PIB, subindo para 19% em 2013.

## Apoio Estatal ao setor financeiro em percentagem do PIB\*

### 2008-2013



### 2008-2010

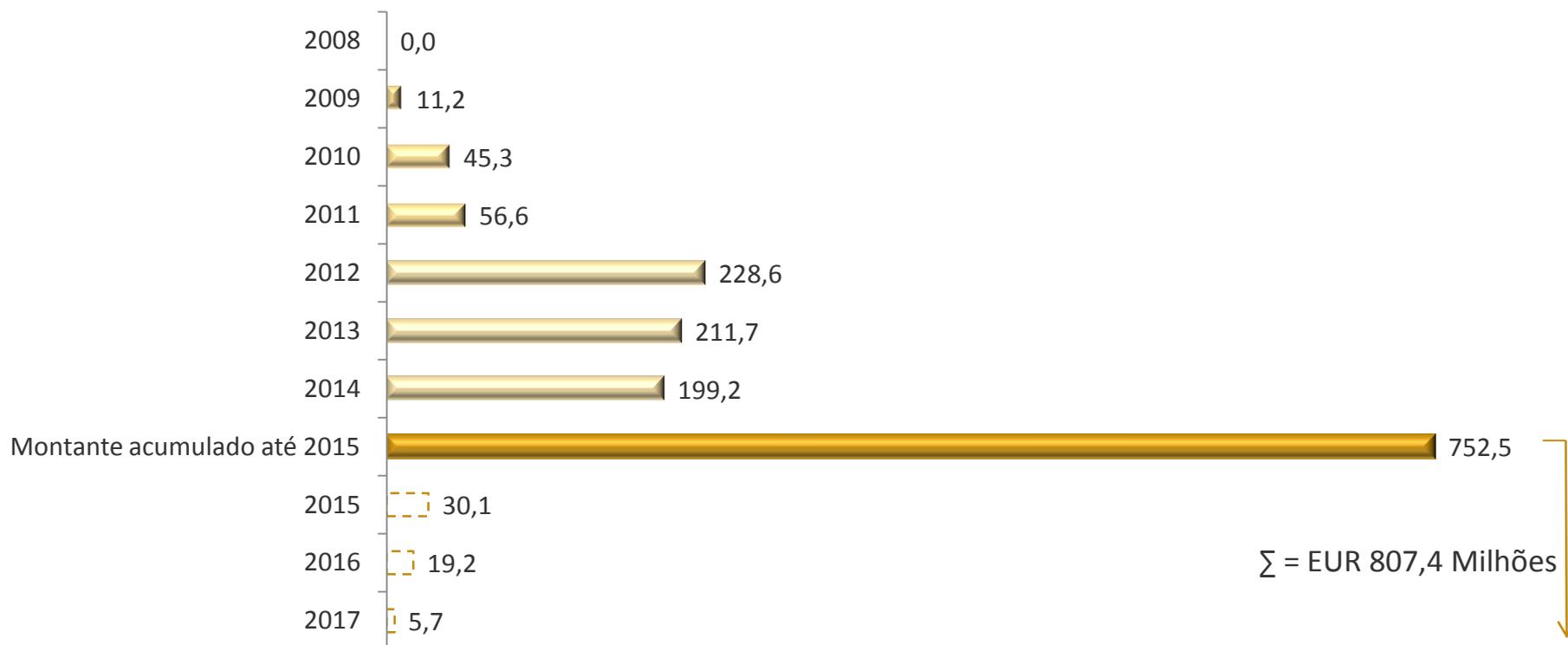


\* Os dados das garantias e das injeções de liquidez são relativos a 2009, quando ocorreu o pico da utilização destes instrumentos na Europa.

Fonte: Comissão Europeia

## Comissões de garantia pagas e a pagar pelas instituições de crédito.

### Comissões pagas e a pagar anualmente\* (Milhões EUR)



\* Estimativas.

Fonte: APB, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

## VI. Rentabilidade

## O aumento do risco de crédito em Portugal conduziu ao aumento das imparidades registadas pelos bancos, o que afetou os seus resultados.

### Margem financeira, imparidades e resultado antes de impostos (RAI) dos bancos portugueses em base consolidada (M€)

- Margem financeira
- Imparidades
- RAI



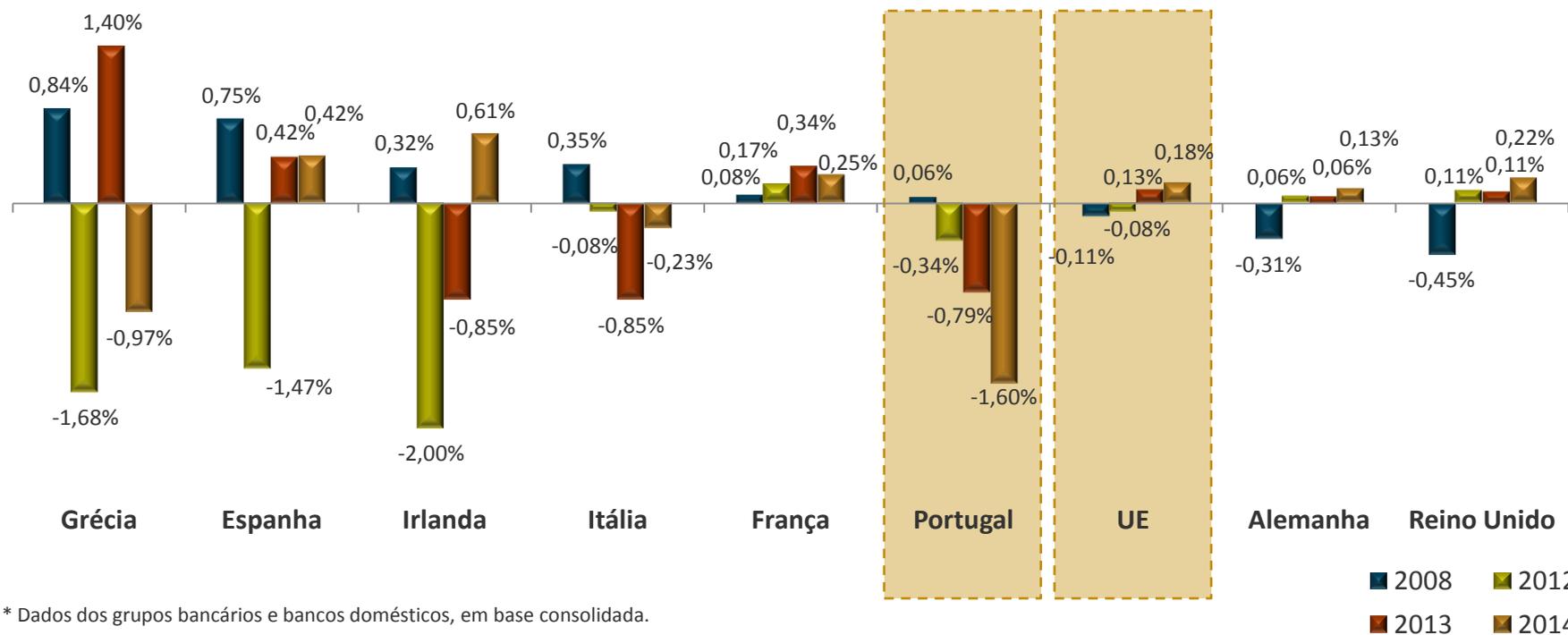
No passado recente, os resultados do setor bancário português foram penalizados não apenas pelo aumento das imparidades registadas, mas também pela redução da margem financeira, bem como pela descida da taxa de juro média dos empréstimos, quer pelo aumento do custo do financiamento.

Fonte: Banco de Portugal

# A rentabilidade dos ativos bancários portugueses diminuiu ao longo dos últimos anos, não acompanhando o clima de recuperação europeia.

## Rentabilidade dos Ativos (ROA - Return on Assets)\*

Na 1ª metade de 2015, segundo o Banco de Portugal, o ROA e o ROE do setor bancário português foram positivos, numa ótica homóloga, pela primeira vez desde 2012. A rentabilidade beneficiou de menores níveis de imparidades e de custos operativos, e de ganhos nas operações financeiras.



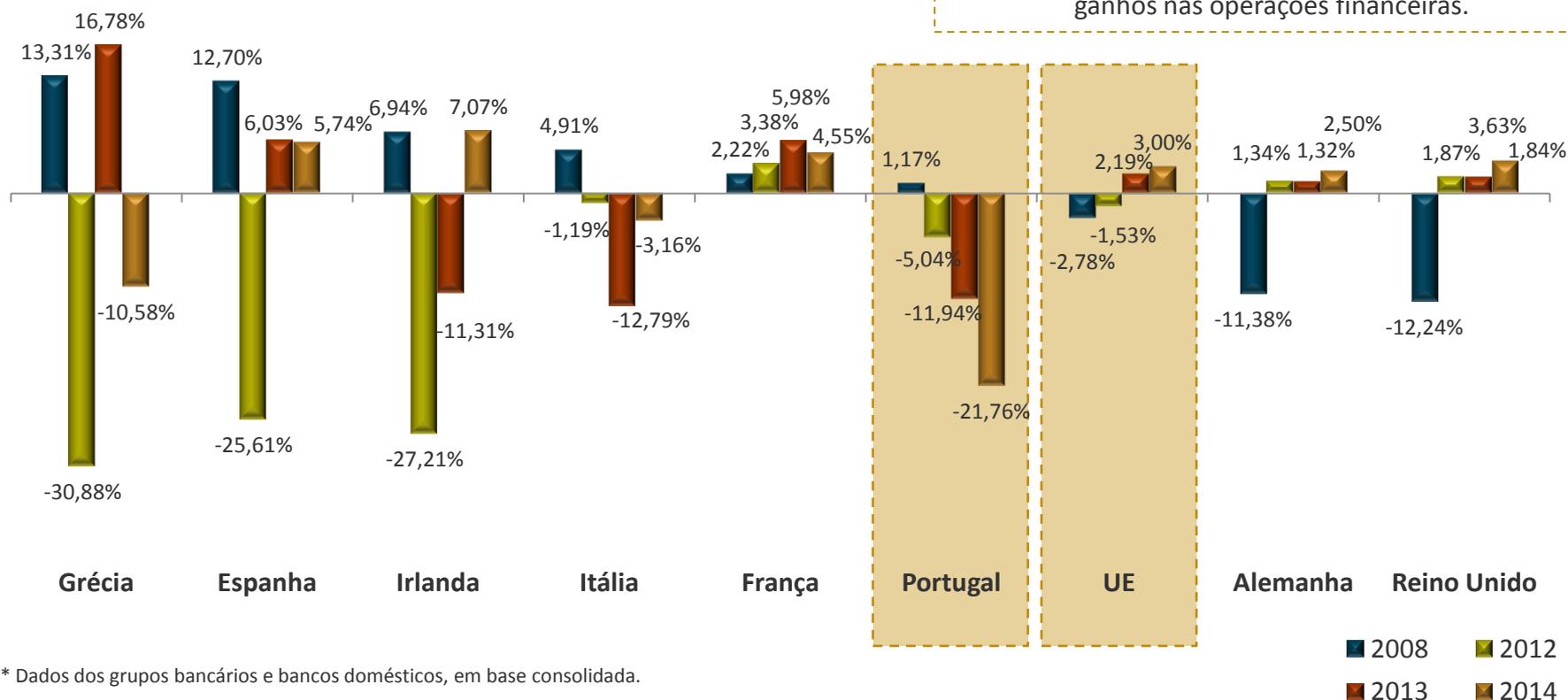
\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

## Verifica-se um comportamento semelhante ao analisar a rentabilidade dos capitais próprios.

### Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE - Return on Equity)\*

Na 1ª metade de 2015, segundo o Banco de Portugal, o ROA e o ROE do setor bancário português foram positivos, numa ótica homóloga, pela primeira vez desde 2012. A rentabilidade beneficiou de menores níveis de imparidades e de custos operativos, e de ganhos nas operações financeiras.



\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

Desde 2011, o Banco de Portugal conduziu várias inspeções aos maiores grupos bancários portugueses afim de avaliar se os mesmos tinham registado um nível de imparidades adequado



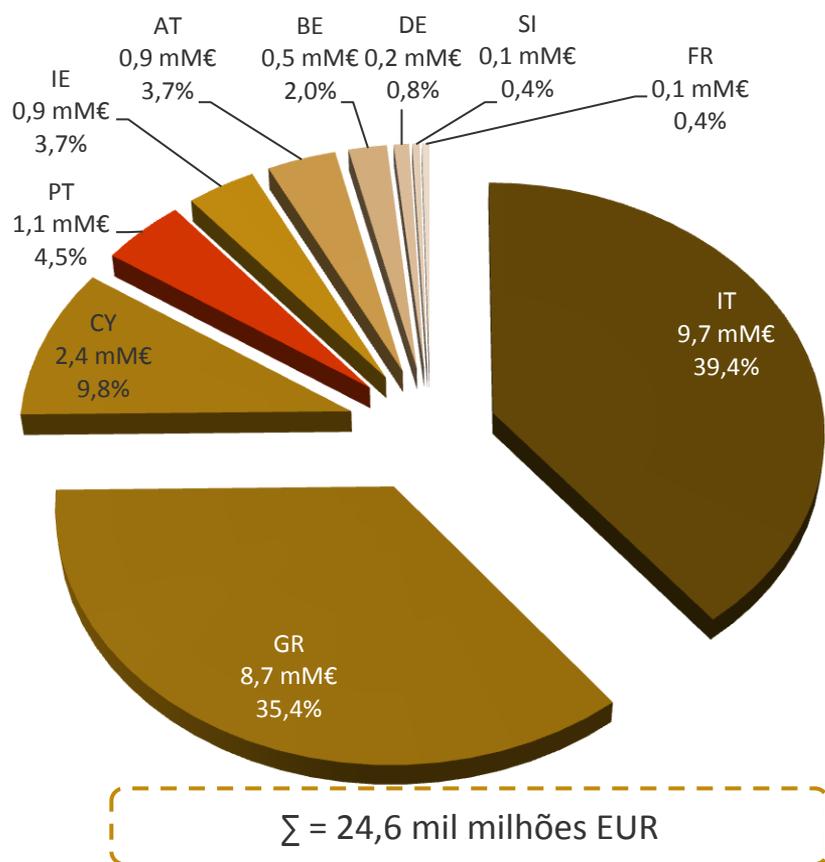
	1º Exercício 2º semestre 2011	2º Exercício 2º semestre 2012	3º Exercício Jun – Jul 2013	4º Exercício Out 2013 – Mar 2014
<b>Data de referência:</b>	30 Junho 2011	30 Junho 2012	30 Abril 2013	30 Setembro 2013
<b>Âmbito:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação da carteira de crédito (EUR 281 mil milhões - 72% a 100% da carteira total de cada banco)</li> <li>Validação dos requisitos de capital para risco de crédito</li> <li>Avaliação dos parâmetros e metodologias utilizadas nos exercícios de <i>stress-test</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação da carteira de crédito – exposição aos setores da construção e imobiliário em Portugal e em Espanha (analisada 56% da população – EUR 69 mil milhões).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação da carteira de crédito (analisados EUR 93 mil milhões)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>12 grupos económico (EUR 9,4 mil milhões)</li> </ul>
<b>Resultados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidades de reforço de imparidades: EUR 596 M</li> <li>Aumento dos requisitos de capital: 0.6%</li> <li>Impacto no Rácio Tier 1 ratio: de 9,1% para 8,8%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidades de reforço de imparidades: EUR 474 M</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,127 mil milhões (reforçados até 30 de Junho de 2013)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,003 mil milhões</li> </ul>

Fonte: Banco de Portugal

# ***OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS***

Anexo I:  
*Comprehensive Assessment*

Os resultados do *Comprehensive Assessment* revelaram défices de fundos próprios para 25 bancos europeus, no total de 24,6 mil milhões de euros.

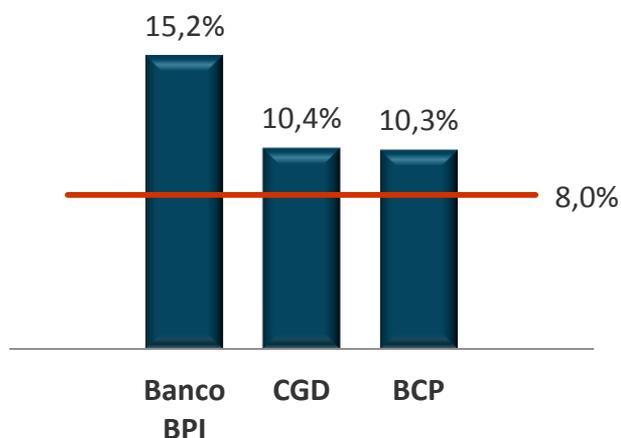


Fonte: APB, EBA

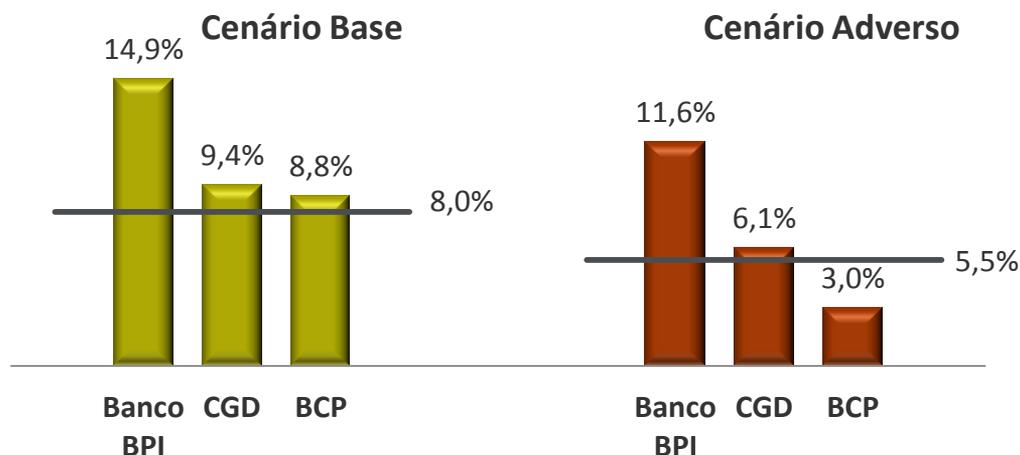
- Em Outubro de 2014, a Autoridade Bancária Europeia apresentou os resultados da avaliação completa realizada a 130 bancos europeus, que no final de 2013 correspondiam a 81,6% do ativo total do setor bancário dos países participantes no Mecanismo Único de Supervisão.
- O *Comprehensive Assessment* compreendeu duas componentes:
  - AQR (*Asset Quality Review*) – análise da qualidade dos ativos dos bancos;
  - *Stress Tests* – avaliação da resiliência dos bancos em cenários macroeconómicos desfavoráveis (cenário base e cenário adverso).
- O défice de fundos próprios identificado no âmbito do *Comprehensive Assessment* foi de 24,6 mil milhões de euros.

Em Portugal, a avaliação abrangeu três grupos bancários que concluíram com sucesso o AQR e demonstraram resiliência no cenário base dos testes de esforço.

**Rácio CET 1 a 31.12.2013, ajustado das imparidades decorrentes do AQR\***



**Rácio CET 1 projectado para 31.12.2016, nos cenários base e adverso dos *Stress Tests*\***



Os pressupostos do exercício foram especialmente penalizadores para os bancos portugueses, uma vez que a base de referência era já muito desfavorável devido ao contexto macroeconómico que se tem vivido em Portugal.

No ano de 2014 o BCP tomou medidas para satisfazer as necessidades de capital apuradas no cenário adverso, pelo que já supera os requisitos mínimos, contudo estas não foram consideradas no exercício por razões metodológicas.

\* Dos bancos portugueses participantes no exercício.

Fonte: APB, Banco de Portugal, EBA

# ***OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS***

Anexo II:  
Metodologia

## Metodologia

- À exceção dos casos em que é explicitamente indicado o contrário, todos os dados de balanço são dados agregados da totalidade do sistema bancário do respectivo país.
- Os dados de balanço analisados na presente publicação são maioritariamente em base individual, agregados para a totalidade do sistema bancário.
- Na rubrica de balanço do crédito estão incluídos os seguintes instrumentos financeiros:
  - Empréstimos, certificados de depósito, acordos de recompra, operações de crédito titulado, e créditos vencidos e de cobrança duvidosa.
- As análises de solvabilidade são realizadas com base nos dados consolidados das instituições financeiras.

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS